

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ECONOMIA

LARISSA DONDOSSOLA BROVEDAN

**APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2003-2015: UM
ESTUDO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE/SC**

CRICIÚMA/SC

2016

LARISSA DONDOSSOLA BROVEDAN

**APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2003-2015: UM
ESTUDO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA/SC

2016

LARISSA DONDOSSOLA BROVEDAN

**APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2003- 2015: UM
ESTUDO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Economia do Setor Público.

Criciúma, 07 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor – (UNESC) - Orientador

Prof. MSc. Thiago Rocha Fabris - Mestre - (UNESC)

Doutoranda Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt – (UFPR)

Dedico este trabalho a minha família e a todos que estiveram ao meu lado na minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a quem sempre tive fé. Aos meus pais, Adecir e Alenete, que sempre me apoiaram e me incentivaram a me dedicar e superar obstáculos. E também ao meu irmão Wagner e a minha cunhada Patricia que me compreenderam nas horas mais difíceis dessa jornada acadêmica.

Agradeço também ao meu namorado Jardel, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos alegres e mais complicados. Por ser meu grande incentivador desde o princípio, por sempre acreditar em mim, pelo apoio, pelo amor e carinho que sempre me dedicou.

Aos meus colegas, nesses 4 anos e 6 meses de jornada no curso de Economia. Principalmente aos meus amigos Carol, Igor e Luiza, em todos os desesperos e comemorações.

Também agradeço ao meu querido orientador Dimas de Oliveira Estevam, que teve calma comigo em todos os momentos, sempre me aconselhando a melhor forma de desenvolver o trabalho. Agradeço também a Prefeitura Municipal de Morro Grande que me forneceu todos os dados necessários para as análises aqui realizadas. E não poderia deixar de agradecer a Prof^a Giovana e o Prof^o Thiago por suas orientações e apoio para permanecermos calmos que iríamos chegar ao fim e com êxito.

Enfim, só tenho a dizer MUITO OBRIGADA à todos que estiveram comigo, aqui citados ou não, nesta jornada que está se concluindo!

“Não há evidência clara a demonstrar que a política de investimento socialmente mais vantajosa coincida com a mais lucrativa.”

John Maynard Keynes

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi analisar a aplicação dos recursos públicos no período de 2003 - 2015 no município do Morro Grande/SC. Buscou-se problematizar como os recursos públicos foram utilizados no município. A pesquisa foi descritiva, bibliográfica, documental e quantitativa, para então transcorrer as análises necessárias. Inicialmente, apresenta-se a contextualização da estrutura socioeconômica de Morro Grande, para entender qual a característica do município em estudo, desde indicadores sociais até econômicos. Em seguida, foi analisada a arrecadação tributária do município de 2003 a 2006 e 2007 a 2015, sendo antes e depois da instalação de uma empresa no município. Por fim, foi analisada a trajetória dos gastos públicos municipais por setores no período de 2003 a 2015. A partir desta análise, foi possível verificar os setores beneficiados com o aumento da receita arrecadada no decorrer dos anos de 2007 a 2015. Com isso, verificou-se que os investimentos em educação e saúde tiveram os maiores aumentos, este fato explica-se, em parte, pela exigência legal que obriga a aplicação mínima de 25% em educação e 15% na saúde. Os demais setores tiveram gastos oscilantes. Sendo que, houve anos que tiveram maiores investimentos em construções e pavimentações, principalmente em anos eleitorais, assim alavancando a despesa do setor público municipal.

Palavras-chave: Recursos públicos. Gestão pública. Investimentos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização do município em Santa Catarina	27
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População rural e urbana do município de Morro Grande.....	27
Tabela 2 - Ensino Escolar no Município de Morro Grande	30
Tabela 3 - Produção de arroz (2004-2014) – Município de Morro Grande.....	34
Tabela 4 - Comparação de produção entre as lavouras temporárias no Município de Morro Grande (2004-2014).....	35
Tabela 5 - Pecuária – Produção no Município de Morro Grande – (2004-2014).....	36
Tabela 6 - Empresas atuantes e Pessoal Ocupado no município de Morro Grande – (2006-2013).....	37
Tabela 7 – Valor Adicionado Município de Morro Grande em relação à AMESC, em 2006. (2015=100).....	38
Tabela 8 - Municípios da AMESC e suas colocações em 2014 a partir do Valor Adicionado (2015=100)	39
Tabela 9 - Valores estatísticos e Teste t para Receita Arrecadada.....	50
Tabela 10 - Gasto com Pessoal (2015=100).....	54
Tabela 11 - Despesa com Educação e seu percentual de aplicação (2015=100).....	56
Tabela 12 - Despesa com Saúde e seu percentual de aplicação (2015=100)	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmide Etária – Município de Morro Grande - 1991.....	28
Gráfico 2- Pirâmide Etária – Município de Morro Grande - 2010.....	29
Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento Humano de Morro Grande (2010).....	31
Gráfico 4- Composição da população de 18 anos ou mais de idade (2010)	32
Gráfico 5 - Produção Agrícola Municipal (Toneladas)– Morro Grande (2004-2014) .	33
Gráfico 6 - Demonstração da Receita Corrente (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100).....	40
Gráfico 7- Receita Tributária (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)	41
Gráfico 8 - Receita de Contribuições (2004-2015) – Município de Morro Grande (2015=100).....	42
Gráfico 9- Receita Patrimonial (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)	43
Gráfico 10- Receita de Serviços (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100).....	44
Gráfico 11- Transferências Correntes (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100).....	45
Gráfico 12- Formação das Transferências Correntes (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100).....	46
Gráfico 13- Participação nas Transferências Intergovernamentais (2015=100).....	47
Gráfico 14- Receita de Capital (2003-2015)– Município de Morro Grande (2015=100)	48
Gráfico 15 - Evolução da Receita Real Arrecadada (2015=100).....	50
Gráfico 16- Número de funcionários no quadro pessoal	55
Gráfico 17- Despesa real com a Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Urbanismo, Transporte, Comércio e Serviços de Morro Grande (2015=100)	63
Gráfico 18- Comparação entre os setores da Educação, Saúde, Agricultura e Transporte e Obras em relação a Receita Real arrecadada (2015=100).....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
CIDE	Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico
CIS-AMESC	Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IR	Imposto de Renda
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
PPA	Plano Plurianual
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SUS	Sistema único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA	15
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NÍVEIS, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES	15
2.2 FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO: RECURSOS, APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	20
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	26
3.1 ASPECTOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE/SC	26
3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS	33
3.3 ASPECTOS GERAIS DA RECEITA	39
3.3.1 Receita Corrente	40
3.3.1.1 Receita Tributária	41
3.3.1.2 Receita de Contribuições	42
3.3.1.3 Receita Patrimonial	43
3.3.1.4 Receita de Serviços.....	44
3.3.1.5 Transferências Correntes	45
3.3.1.5.1 <i>Transferências Intergovernamentais</i>	46
3.3.2 Receita de Capital	48
3.3.3 Receita Total	49
3.4 ASPECTOS GERAIS DA DESPESA	52
3.4.1 Despesas	52
3.4.1.1 Despesa de Gastos Com Pessoal.....	53
3.4.1.2 Despesas com a Educação	55
3.4.1.3 Despesas com a Saúde	59
3.4.1.4 Setores de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Urbanismo, Transporte, Comércio e Serviços	62
3.4.1.5 Despesas por funções.....	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Morro Grande está localizado no extremo sul catarinense, pertence à microrregião da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense). Foi elevado à categoria de município em 1992, quando era distrito do município de Meleiro. Possui área territorial de 258,184 Km², conforme o Censo Demográfico de 2010, o número de habitantes era de 2.890, sendo estimados para o ano de 2015, 2.921 habitantes (IBGE, 2010). No início da colonização, a principal atividade econômica do município foi retirada de madeira e até hoje possui várias empresas no ramo madeireiro, além da agricultura que predomina até nos tempos atuais, com os cultivos principais de arroz e fumo.

No estudo realizado por Oliveira (2010), sobre o município, verificou que a instalação de uma empresa de grande porte impactou a economia do município, que até então predominava a agricultura e por outros segmentos de pequeno porte que geravam pouca receita ao município. A instalação da agroindústria gerou grandes mudanças econômicas e sociais na vida da população local. Pelo fato de gerar novos postos de trabalho na cidade e atrair pessoas de municípios vizinhos e de outros estados, de tal modo impactando os setores da saúde, educação e na vida social dos habitantes.

Entretanto, o maior impacto foi na elevação da arrecadação tributária do município. Quando pensa-se em receita se questiona, como são gastos os recursos arrecadados? Já que o governo recolhe recursos tributários com o objetivo de atender a população, pois o indivíduo da mesma forma que é contribuinte, é ao mesmo tempo beneficiário. Ou seja, acabam recebendo certos benefícios que só a gestão pública pode assumir, como saúde, educação, infraestrutura, entre outros. Conforme Giambiagi e Além (2000, p. 55), “o Estado tem o dever de colocar a disposição da população esse tipo de serviços, mesmo que em alguns casos as pessoas em melhores condições optem por fazer uso dos serviços particulares”. No uso dessas atribuições, no decorrer do trabalho, foi analisado como foi gasta a receita arrecadada pela prefeitura de Morro Grande. Já que os investimentos públicos municipais passam muitas vezes despercebidos pela população, mas são de suma importância saber como são investidos.

Diante do que foi apresentado, o presente trabalho tem como tema a aplicação dos recursos públicos no período de 2003 - 2015 no município do Morro

Grande/SC. Sendo assim, a pesquisa problematiza como ocorreu a aplicação dos recursos públicos no período de 2003 - 2015 no município do Morro Grande/SC? Para responder o problema proposto, foi elaborado o objetivo geral, que consiste em analisar a aplicação dos recursos públicos no período de 2003 - 2015 no município do Morro Grande/SC. Para atingir o objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos: apresentar a contextualização da estrutura socioeconômica de Morro Grande; analisar a arrecadação tributária do município de 2003 a 2006 e de 2007 a 2015 (período antes e depois da instalação da empresa); e analisar a trajetória dos gastos públicos municipais por setores, no período de 2003 a 2015.

Inicialmente, foi abordada na análise dos dados, os aspectos sociais, para compreender o perfil do município de Morro Grande. Além dos fatores econômicos que o influencia. Após observar os aspectos determinantes na economia morrograndense, foi possível iniciar a análise sobre arrecadação de recursos, destacando as principais receitas do município. E por fim, identificar o motivo pelo qual são gastos os recursos em determinados setores.

Embora o município possua uma população de pouco menos de 3.000 habitantes, os munícipes têm o direito a educação, saúde, qualidade de vida, além de todo investimentos que está sendo feito em infraestrutura. O município de Morro Grande teve grande incremento em sua receita com a instalação de uma grande empresa em 2007, mas a população permaneceu constante, com isso despertou a curiosidade em saber como estão sendo aplicados esses recursos. É com este intuito que surgiu o interesse em analisar as aplicações dos recursos arrecadados pelo município.

Cada município tem suas diferenciações sociais, econômicas e demográficas, muitas vezes sendo dependentes principalmente da agricultura, que pode ter um número expressivo economicamente para a cidade até acontecer mudanças impactantes. Isto é, uma reestruturação produtiva com infraestrutura complexa, já que empresas de grande porte exigem modernizações constantes. Essa mudança influencia no desenvolvimento socioeconômico do município, pelo fato de atrair pessoas e aumentar o número de habitantes.

Então, o investimento depende de recursos disponíveis e é este contexto que tem grande significância para o trabalho, pois observa-se que a arrecadação tributária do município, que pode ser direta ou indireta, ou seja, a arrecadação pode

ser originária dos próprios indivíduos, ou também incidem sobre consumo, vendas ou posse de propriedades.

Com efeito, a instalação de uma empresa de grande porte trouxe mais movimentações no município, ocasionando assim, maior demanda por infraestrutura em rodovias, investimentos em educação e saúde. Assim, aumentando a receita orçamentária, mas tendo maior aplicação desses recursos. É por este motivo, que se analisou neste trabalho, a trajetória dos gastos públicos, pois é importante ter conhecimento, do que se passa na gestão pública.

Os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa foi o descritivo. Para Andrade (2010, p. 112) “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira nele”. Ou seja, os dados não são manipulados, mas descritos e analisados conforme apresentados originalmente na fonte documental. Para Marconi e Lakatos (2008, p. 2) “a pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno”.

Os procedimentos de análise desta pesquisa foram feitos em fontes documentais secundárias. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 48), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.”

As fontes de informações foram obtidas em demonstrativos dos anos propostos, 2003 – 2015, fornecidas pela Prefeitura Municipal de Morro Grande via demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades realizadas no município.

Quanto às informações sobre os aspectos socioeconômicos de Morro Grande, foram utilizadas fontes estatísticas, organizadas e disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 51), “a coleta e elaboração de dados estatísticos, inclusive censitários, está a cargo de vários órgãos particulares e oficiais”. Nele, foram coletados dados sobre o Censo Demográfico, informação agropecuária, situação da estrutura econômica, desde informações sobre saúde e educação, entre outras informações relevantes para a pesquisa. Segundo Andrade (2010, p. 137), a coleta de dados “devem ser esquematizadas, a fim de facilitar o desenvolvimento da pesquisa, bem como assegurar uma ordem lógica na execução das atividades”.

Então, a partir dos procedimentos descritos acima, foi efetuada a coleta de dados. Marconi e Lakatos (2008, p. 18) consideram que é uma “etapa de pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. Depois de realizada a pesquisa, os dados foram analisados, interpretados e representados graficamente.

Com o intuito de formular e elaborar os dados para análise foi utilizada a abordagem de análise quantitativa. Segundo Pinheiro (2010, p. 20), a pesquisa quantitativa define-se como “a escolha da abordagem de quantificação da coleta de informações, do tratamento dos dados e do uso estatístico nas análises”. Pinheiro (2010, p. 20), ainda, define que a análise “requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana [...]).” O tipo de pesquisa quantitativa procura relacionar as variáveis, além da relação de causalidade entre as ações. Richardson (1999, p. 70) considera que “o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”.

Como método estatístico para apoiar a análise, será utilizado o teste t. Este teste segundo Dancey e Reidy (2013, p. 225) “avalia se existe uma diferença significativa entre as médias das duas condições”. Assim, facilitando a identificação da diferença entre duas amostras estatisticamente significativa. Exemplificando, Peterlini (2004, p. 77) diz que o teste de significância “correspondem a uma regra decisória que nos permite rejeitar ou não rejeitar uma hipótese estatística com base nos resultados de uma amostra”. Onde a hipótese nula deve ser testada. Assim, se o resultado for nulo, se aceitaria esta hipótese, caso contrário, será rejeitada. Observa-se que, os dados obtidos foram corrigidos a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo como base o ano de 2015. Então os valores apresentados no trabalho, são valores reais.

Posto isto, este trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo trata da introdução; o segundo aborda sobre finanças e gestão pública, tratando de forma teórica sobre os assuntos propostos e afins; o terceiro capítulo refere-se sobre a apresentação e análise de dados, sendo levantado todos os aspectos sociais e econômicos do município, além de tratar sobre a receita e a despesa que Morro Grande possui; por fim, no quarto e último capítulo, foi concluído todo o trabalho.

2 FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NÍVEIS, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES

No sistema econômico, para manter-se em pleno emprego, ou seja, quando a economia deve operar com a capacidade máxima dos fatores de produção, não havendo mão de obra desempregada. Assim, possuindo o desemprego “friccional”, que seria um desemprego de pouca duração, segundo Keynes (1992, p. 25) é o “fato de que a transferência de um emprego para outro não se realiza sem certa demora”, ou seja, é o tempo mínimo entre a transferência de um emprego para outro. Quanto ao desemprego “voluntário”, ao referir-se a este tipo de desemprego Keynes (1992, p. 25) argumenta que é a “incapacidade de determinada unidade de mão-de-obra em aceitar uma remuneração equivalente à sua produtividade marginal”.

Tem-se também, um terceiro tipo de desemprego. Que seria o desemprego involuntário, Keynes (1992, p. 32) afirma que isso acontece quando “tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente”. Então seria necessário a intervenção do Estado, com o dever de auxiliar a iniciativa privada, incentivando os investimentos, com intuito de manter o pleno emprego.

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. [...] Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. (KEYNES, 1992, p. 288).

Então cabe ao Estado o papel de tomador de decisões para minimizar as desigualdades, desemprego, especulação financeira, entre outras ações que ocorreriam com a presença do capitalismo sem a intervenção do Estado. Assim o Estado assume funções, Pereira (2003, p. 28) cita algumas funções, como “ente regulador; na promoção do desenvolvimento, redistribuição de renda; na

estabilização econômica; [...] por meio da produção e fornecimento de bens e serviços públicos”, que somente ele poderia executar. É nesse contexto que o governo pode atuar das formas mais variadas possível, diminuindo as externalidades negativas e, com efeito, aumentando as externalidades positivas. Riani (2002, p. 37) destaca que:

[...] uma empresa, ao poluir um rio ou o ar, os automóveis, ao dificultarem a locomoção de transportes coletivos, a poluição sonora e ambiental causada pelos veículos, o tráfico de drogas, e uma série de outras externalidades negativas desse tipo só serão eliminadas, total ou parcialmente, através da participação do governo, por intermédio da legislação específica, de multas e de um grande trabalho de conscientização.

Com isso, o Estado visa a garantir o bem-estar e a sobrevivência da população. No Brasil, o governo é composto por três níveis político-administrativos: União, Estados e municípios, cada um com seus poderes individuais. Com base na Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), compete somente a União assegurar a defesa nacional, a emissão de moeda, instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, manter o serviço postal, entre outras competências que são atribuídas somente a ela. Ainda, com base a Constituição de 1988, os Estados se organizam e são regidos pelas leis que adotarem. Já os municípios são regidos por lei orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

A Constituição também apresenta as competências dos três níveis de poder, que legislam sobre o direito tributário e orçamento. Mesmo sendo atribuídas funções diferentes para cada nível, pode-se desincumbir ao mesmo tempo da mesma função, como os serviços sociais – educação, cultura, saúde. O alcance espacial das ações governamentais dependerá do âmbito alocado. Para que uma ação seja responsável pelo município, é necessário que seja de âmbito local, porém se os efeitos foram mais amplos, o responsável deverá ser o nível estadual ou federal.

Então, no município são realizadas ações de origem estadual, federal e municipal, para melhor desenvolver a cidade, pois como é uma esfera menor, tem o domínio sobre a região e acesso aos problemas sociais existentes, podendo minimizá-los. Segundo Matias e Campello (2000, p. 21), “é no município, a menor unidade administrativa da federação, que se encontram condições mais adequadas para que seja formado um quadro nacional democrático e onde são geradas as situações mais favoráveis de intervenção”. É por este motivo que a administração

municipal é mais adequada para intervir em questões sociais localizadas em comparação ao nível federal e estadual.

Outro argumento de Matias e Campello (2000, p. 21), é que a partir de 1988 “o Município e suas relações alcançaram novo patamar de autonomia e responsabilidade, mais condizente com as necessidades atuais de seus cidadãos e com efeitos que se estendem para além de suas fronteiras”. Portanto, é nesse patamar que o município vem agregando atividades que anteriormente eram do Estado ou até mesmo da União. A propósito a tendência é que, com o decorrer do tempo o município se responsabilize cada vez mais por atividades que não pertenciam a ele. Para isso, o município necessita de planejamento e ao se referir- a tal assunto, Andrade (2005, p. 1) conclui que “planejar é essencial, é o ponto de partida para a administração eficiente e eficaz da máquina pública, pois a qualidade do mesmo ditará os rumos para a boa ou má gestão, refletindo diretamente no bem-estar da população”. Esse planejamento, se bem feito, irá ocupar quantidade menor de recursos sendo o mais eficiente possível para aumentar a capacidade de investimento do Estado. Pereira (2003, p. 118) considera que:

Em decorrência da crescente intervenção do Estado na economia, visando atender às demandas da sociedade por serviços públicos, aliada às imperfeições dos mercados, especialmente nos países em desenvolvimento, passou-se a privilegiar o planejamento econômico, como instrumento de administração pública e privada, com o objetivo de aumentar a eficiência, a racionalidade e a segurança das decisões no âmbito das instituições públicas e/ou das empresas privadas e, dessa forma, maximizar o rendimento social e privado no uso de recursos escassos.

A Constituição de 1988 define que os orçamentos devem ser compostos por três instrumentos: Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A primeira modalidade de planejamento é o Plano Plurianual, que contém objetivos programados para quatro anos da gestão pública. Esse plano abrange orientações estratégicas, macro objetivos, agendas e programas de desenvolvimento. Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 25) sustentam que o PPA “é o instrumento legal de planejamento de maior alcance temporal no estabelecimento das prioridades públicas e no direcionamento das ações do governo”.

Como é uma ação do governo, Albuquerque, Medeiros e Silva (2013) argumentam que deve ser formulado, executado, monitorado e avaliado para garantir credibilidade – conferindo o compromisso entre o governo e a sociedade; universalidade – adequa-se em várias estruturas administrativas e diversidades sociais e regionais; e vitalidade – que sejam coerentes com a realidade e haja disponibilidade de recursos. A criação do Plano Plurianual se dá via planejamento estratégico. Matias e Campello (2000, p. 53) mencionam que “o processo de planejamento não atua de forma homogênea para todos os problemas ou situações, mas possui momentos ou períodos que predominam um aspecto do planejamento”. Por conseguinte, no Plano devem conter as ações necessárias para os quatro anos, sendo independentes dos recursos financeiros ou orçamentários.

Como intermédio entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual (LOA), tem-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com a missão de compreender metas e prioridades da administração pública, visar sobre as alterações na legislação tributária, porém não podendo alterar a legislação tributária, nortear a elaboração da Lei Orçamentária Anual e estabelecer a política de aplicação das agências de fomento. Sendo que, após a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, a LDO teve que ser composta por: equilíbrio entre receitas e despesas, em anexos, metas fiscais e riscos fiscais, condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, entre outras atribuições.

Sobre o anexo de metas fiscais, determinado com a LRF, Giacomoni (2002) aponta que é composto por metas anuais, em valores correntes e constantes, avaliação do cumprimento das metas do ano anterior, demonstrativo das metas anuais, evolução do patrimônio líquido, avaliação da situação financeira e o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias.

Quanto ao outro anexo exigido pela LRF, riscos fiscais, Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 54) enfatizam que, nesse anexo, “serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso de concretizem”. Passivo contingente é uma despesa não prevista, algo que envolve certo grau de incerteza. Então, os riscos fiscais podem ser classificados em três categorias: riscos orçamentários; riscos de dívida; e ativos contingentes. Riscos orçamentários dizem respeito à possibilidade de as receitas e as despesas não se confirmarem como

previstas. Pois a receita é fortemente influenciada pelo nível de atividade econômica, mudanças na legislação, taxa de inflação, taxa de câmbio e taxa de juros. No caso da despesa, ela também é influenciada pelo nível de atividade econômica, pela inflação observada e por modificações constitucionais e legais.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é definida a estrutura programática dos orçamentos, a finalidade de classificação funcional, a classificação econômica da despesa e a estrutura do projeto de Lei Orçamentária. Tendo como objetivo demonstrar a transparência na gestão fiscal, permitindo o acesso, por toda a população, as informações para elaboração dos orçamentos. Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 61) destacam que:

[...] um ente autônomo (União, Estado ou Município) pode adotar a decisão de ter um orçamento economicamente equilibrado, deficitário (o que aumenta sua dívida ou reduz seus ativos financeiros) ou superavitário (o que reduz suas dívidas ou aumenta seus ativos financeiros). O relevante é que essa decisão deverá ser expressa na LDO.

Depois de aprovada a LDO, a gestão pública deverá elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 99), “a Lei Orçamentária passa a ser a expressão monetária dos recursos que deverão ser mobilizados, no ano específico de sua vigência, para execução das políticas públicas e do programa de trabalho do governo.” A LOA é composta por três orçamentos: fiscal, seguridade social e investimento. Conforme Giacomoni (2002, p. 205), o principal orçamento é o fiscal, pois “refere-se aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades administrativas direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público”. Já o orçamento de seguridade social, Giacomoni (2002) considera que abrange as entidades e órgãos vinculados à administração direta e indireta, assim como os fundos e fundações mantidos pelo poder público. O último orçamento, que é o de investimentos, representa os investimentos realizados pelo poder público, Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 126) argumentam que é o “orçamento de investimentos das empresas em que o ente público, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto”.

Então, na LOA consta um sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções, conforme segue: um quadro demonstrativo da receita e despesa

conforme categorias econômicas, um quadro discriminativo da receita por fontes, quadro com as dotações por órgãos da administração, quadro demonstrativo da despesa e receita e planos de aplicação dos fundos especiais e, por fim, um quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo para prestação de serviços e realização de obras. Porém, é exclusivo da Lei Orçamentária o direito de abrir créditos suplementares, além de créditos de antecipação de receita.

Conforme Albuquerque, Medeiros e Silva (2013), o orçamento rege-se por princípios: unidade - um só orçamento por esfera de governo; universalidade - deve conter todas as receitas e despesas; anualidade - limite de tempo, ou seja, um ano; exclusividade - deve conter somente matéria orçamentária; especificação - as despesas devem ser classificadas e discriminadas; publicidade - o conteúdo é público; orçamento bruto - as receitas e despesas devem ter seus valores brutos -, não afetação de receitas - não pode reservar receita para determinado gasto; e por fim, equilíbrio - a receita e despesa devem ser balanceadas.

Para que as atividades do município sejam realizadas com sucesso, é necessário que a estrutura adotada seja dividida em setores, podendo atender a demanda necessária. A estrutura organizacional básica é formada pela administração direta caracterizada por Matias e Campello (2000, p. 22) como “composta pelos órgãos com subordinação direta ao executivo e que compartilham da mesma entidade jurídica, bem como dos recursos financeiros e orçamentários”. Logo, o mecanismo da administração do poder público é dividido em funções, que segundo Mello (1991, p. 206), “têm de estar estreitamente associadas às necessidades básicas de serviços públicos de natureza local, pois, do contrário, os Governos locais deixam de ter expressão”. É via essas funções que o Governo municipal cumpre uma sequência de etapas para realizar as atividades segundo um ciclo operacional. Porém, para cumprir com essas funções, o poder público necessita de fontes de recursos, envolvendo a dimensão das finanças públicas.

2.2 FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO: RECURSOS, APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

O atributo fundamental das finanças públicas, segundo Pereira (2003, p. 49), “é o caráter intervencionista do Estado, por meio da utilização dos tributos, bem como a personalização dos mesmos, a fim de tornar a tributação mais justa, fazendo

com que cada cidadão contribua para o Estado em conformidade com sua capacidade econômica”. Então, o Estado precisa de fontes de recursos para custear esses benefícios à população. Pereira (2003, p. 37) enfatiza que “cabe ao Estado, portanto, a responsabilidade de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos essenciais demandados pela coletividade”. Outro aspecto levantado por Pereira (2003, p. 39) é que o Estado “para sustentar-se e realizar seus objetivos, precisa de receitas, sem as quais não pode existir” para a realização de suas finalidades.

Para que cada indivíduo contribua com sua capacidade econômica, tornando a tributação mais justa, surgem às finanças públicas, que representa a atividade fiscal do Estado. A atividade fiscal é entendida por Pereira (2003, p. 48) “como a desempenhada pelos poderes públicos com o objetivo de obter e aplicar recursos para a manutenção da rede de serviços públicos”. Porém, o termo finanças públicas é entendida por Matias e Campello (2000, p. 40), como o “conjunto de problemas relacionados ao processo de receita-despesa governamentais e dos fluxos monetários. [...] Esse tema trata dos problemas de alocação de recursos, do nível de emprego”, entre outros.

Na essência das finanças públicas, foca-se na captação, na aplicação e distribuição dos recursos utilizados para promover o bem-estar da população residente no Município, tendo como desafio a imposição de políticas orçamentárias. Matias e Campello (2000, p. 40) afirmam que é “a determinação de como os recursos serão alocados, quais instrumentos de distribuição de renda e quais processos de estabilização econômica serão utilizados”. Nesse contexto, para que o governo consiga atingir os objetivos das políticas orçamentárias necessita de três preocupações básicas, denominadas funções fiscais, que são a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora.

A função alocativa é o fornecimento de bens públicos, que o mercado não conseguiria custear - policiamento, iluminação pública, outros -, o governo oferece-os a população. Riani (2002, p. 42) afirma que “devido à formação dos mercados imperfeitos e dos riscos das incertezas, muitas atividades básicas importantes para a sociedade e para o desenvolvimento do país não seriam oferecidas no mercado sem a participação do governo”. O Estado deve, então, decidir sobre os tipos e as quantidades dos serviços públicos que serão ofertados a sociedade.

Outro aspecto levantado por Riani (2002) é que o ajustamento na alocação de recursos é composto por três objetivos principais: primeiro objetivo é a oferta de

bens e serviços necessários para a sociedade e que não são ofertados pelo sistema privado por ser economicamente inviável; o segundo objetivo é oferta de bens sociais, que seria um complemento ao que é oferecido pelo setor privado, como educação e saúde; o terceiro objetivo relaciona-se aos bens econômicos, que são atividades essenciais à sociedade e que não são oferecidas sem a participação do governo, como energia elétrica, transporte, entre outros.

Já a função distributiva se ocupa em distribuir equilibradamente a riqueza. Matias e Campello (2000, p. 42) enfatizam que:

[...] a alocação de recursos em infraestrutura para viabilizar o acesso a um determinado local, determina a não-alocação desses recursos para outros fins. Se tal acesso será utilizado apenas por uma parcela específica da população, ocorreu uma distribuição de renda da parcela não atendida em suas necessidades para a parcela atendida pela melhoria do acesso a esse determinado local.

Riani (2002) argumenta que, como mecanismo para redistribuir os recursos entre a população na sociedade se utiliza a determinação do salário mínimo, as proteções tarifárias e subsídios. Ou seja, os mecanismos mais utilizados são a tributação e as transferências. Destaca-se, então, que o governo retira de uma parcela da população recursos via tributação e transfere para outra parcela mais pobre da população, com efeito, possibilitando a redistribuição de renda.

A função estabilizadora não se ocupa com a distribuição dos recursos, diferentemente das outras funções. Santos (2006, p. 79) sustenta que “essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.” Riani (2002, p. 44), também, comenta que “essa função surge para assegurar um desejável nível de pleno emprego e estabilidade dos preços que não são automaticamente controlados pelo sistema de mercado”. Então, é necessária a atuação do Estado na economia para melhor distribuição de riqueza, com intuito de melhorar a qualidade de vida da população. Porém, tudo será possível a partir das fontes de recursos.

As fontes de recursos compõem a receita pública, que conforme Pereira (2003, p.42), “caracteriza-se como um ingresso definitivo de recursos no patrimônio público, sem qualquer compromisso ou obrigatoriedade, aumentando as disponibilidades do tesouro”. Essas fontes são advindas de três esferas: recursos humanos, materiais e financeiros.

A fonte de recursos humanos vem dos servidores públicos que ofertam mão de obra à entidade. Já a fonte de recurso material tem origem daqueles que prestam serviço ou fornecem materiais à organização em questão. A última fonte de recurso, que é o financeiro, é composta pelos contribuintes e agentes financeiros, podendo ser via créditos financeiros e tributos. Matias e Campello (2000, p. 30) consideram que “os tributos podem ser captados tanto de forma direta, por meio de arrecadação de tributos próprios, quanto de forma indireta, quando transferidos de outra esfera governamental”.

Então, as diversas formas de fonte de recursos financeiros englobam: receita tributária, receita patrimonial, receita industrial, receita de contribuições, receitas agropecuárias, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. E a receita de capital engloba operação de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Pode-se resumir a receita tributária como a receita advinda de tributos – impostos, taxas e contribuição de melhoria – estabelecidos na legislação tributária. Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p.182) consideram que é “uma receita privativa das entidades investidas do poder de tributar: União, Estados, Distrito Federal e os Municípios”. Então, o poder de tributar deve ser considerado nesta classificação.

A receita de contribuições inclui as contribuições sociais e as econômicas, podendo ser confundidas com os tributos, porém são encargos fiscais. A receita patrimonial é resultado da exploração econômica do patrimônio da instituição, como os juros, aluguéis, entre outros.

A receita agropecuária abrange agricultura, pecuária, silvicultura, além de produtos que não são considerados industriais, ou seja, é oriunda das atividades agropecuárias. Já a receita industrial é proveniente de atividades industriais, desde extrativa mineral até remoção do lixo. E a receita de serviços é de origem de atividades como comércio, transporte, serviços culturais, entre outros.

Outra receita considerada corrente é as transferências correntes. Giacomoni (2002, p. 137) argumenta que “são os recursos financeiros recebidos de pessoas jurídicas ou físicas e que serão aplicados no atendimento de despesas correntes”. Um exemplo desse tipo de receita é a cota-parte do ICMS (Imposto Sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços), em que um município, por exemplo, recebe do Estado. Outro aspecto levantado por Giacomoni (2002, p. 137) é que:

[...] o que determina a classificação da receita é, em primeiro lugar, a origem do recurso, isto é, a receita é transferida e não própria, e em segundo lugar, sua destinação: é uma Transferência Corrente se os recursos forem aplicados em Despesas Correntes; no caso de destinação específica para aplicação de Despesas de Capital, a receita será uma Transferência de Capital.

E por fim, como classificada receita corrente, temos as outras receitas correntes não classificadas anteriores, sendo multas, indenizações, juros de mora e receitas diversas.

A primeira receita classificada como de capital, são as operações de crédito, que equivalem à captação de recursos para financiar empreendimentos públicos, ou também, para cobrir desequilíbrios orçamentários. Tem-se também, a alienação de bens, que engloba as alienações de bens patrimoniais, como ações, títulos, entre outros.

Amortização de empréstimos equivale ao empréstimo concedido pela entidade governamental para pessoas ou a outros governos, ou seja, é o valor recebido por parcelas de empréstimos concedidos em títulos ou contratos. As transferências de capital são similares às transferências correntes, porém devem ser destinadas somente a despesas de capital. E por fim, as outras receitas de capital, que são aquelas que não são classificadas nas outras fontes.

Assim como as classificações das receitas, as despesas também são classificadas como correntes e de capital. Com isso, despesas correntes são aquelas destinadas a produção de bens e serviços correntes, assim possibilitando determinar a participação da administração pública no consumo. Como despesas de capital classificam as concessões de empréstimos, as que contribuem para aquisição de bens e as amortizações da dívida.

O primeiro tipo de despesa corrente é o gasto com pessoal e encargos sociais, identificadas por Giacomoni (2002, p. 108) do seguinte modo:

Despesas de natureza salarial decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade de empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades

fechadas de previdência, [...] despesas com ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público [...].

A despesa, juros e encargos da dívida equivalem ao pagamento de juros, comissões e encargos de operações de crédito. Já as outras despesas correntes, são aquelas de aquisição de material de consumo, contribuições. As despesas de capital abrangem três grupos: o primeiro é a despesa com investimentos, que é o planejamento e execução de obras, além de aquisições de equipamentos e material permanente; o segundo grupo são as inversões financeiras, que abrange a aquisição de imóveis em utilização, Albuquerque, Medeiros e Silva (2013, p. 252) identificam que:

São dotações destinadas a aquisições de imóveis, ou de bens de capital já em utilização na economia; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital social; e constituição ou aumento do capital de empresas ou entidades que buscam objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

O último grupo é a amortização da dívida, que são as “despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.” (GIACOMONI, 2002, p.109).

Com isso, o Estado deve ter transparências em suas contas públicas, até mesmo por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, que garante a qualidade das ações da gestão fiscal dos Estados e Municípios, para não exceder os gastos públicos previstos, entregando assim, no final do mandato, contas úteis para quem assumir posteriormente o cargo. A LRF estabelece limites para gasto com pessoal, limita o endividamento público e prevê penas em caso de não cumprimento da lei. No caso da despesa com pessoal, ela é definida diferentemente nas diferentes esferas governamentais, como na União, só pode comprometer 50% da receita corrente líquida, sendo a maior parte disposta ao poder executivo. Já na esfera estadual e municipal, pode-se comprometer no máximo 60% da receita corrente líquida, sendo que em ambos a maior parte correspondendo ao executivo. Essa nova lei, aprovada em 2000, permitiu uma mudança na estrutura pública, favorecendo o equilíbrio fiscal, ou seja, definindo normas de finanças públicas.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será demonstrado os aspectos populacionais, educacionais, e de saúde, ou seja, aspectos sociais. Outro assunto que será abordado, serão os indicadores econômicos. Estes aspectos serão distribuídos em produção agrícola, valor adicionado do município em comparação com os demais municípios da região da AMESC, empresas atuantes no município. Ainda neste capítulo, será apresentada a composição da receita total arrecadada, demonstrando a evolução dos indicadores no decorrer dos anos de 2003 a 2015. Além disso, será analisada a aplicação desses recursos arrecadados nas despesas principais do município, ou seja, as que mais exigem recursos, como despesa com educação, saúde, entre outras que tiveram altos valores aplicados.

3.1 ASPECTOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE/SC

O município de Morro Grande está localizado no extremo sul catarinense na microrregião da AMESC¹, com área territorial de 258,18 Km². Sua colonização iniciou-se em 1918, pelos migrantes italianos vindos de Rancho Queimado (Morro da Fumaça), Rio do Galo (Urussanga), Vila Nova (Içara) e Morro Estevão (Criciúma). Quando estes primeiros moradores vieram até o local, se preocupavam com a educação que iriam dar a seus filhos, então em 1919 foi construída a primeira Escola Municipal. Outro fato importante no início da cidade, foi a construção da primeira capela de madeira, em 1938, no atual Jardim Público do município.

O município de Morro Grande teve sua emancipação no dia 30 de março de 1992 e sua primeira eleição em 03 de outubro de 1992. Olivo e de Lucca (2002, p. 38) relatam que o município foi criado pela “Lei nº 8.559 de 30 de março de 1992, [...], desmembrando do município de Meleiro”. Até sua emancipação, o município era distrito de Meleiro, que fica à aproximadamente 10 km de distância.

Tem-se em suas divisas os municípios de Turvo, Timbé do Sul, Meleiro e Nova Veneza, e o Estado do Rio Grande do Sul. Possuindo uma altitude em relação ao nível do mar de 90 metros, é banhado por quatro rios, sendo eles: Rio Manuel Alves, Rio do Meio, Rio Saltinho e Rio Pilão. O município é formado por 10 localidades atualmente, sendo elas: São Bento, Nova Roma, Santa Luzia, Santa Bárbara, Três Barras, São Mateus, Volta Redonda, Rio do Salto, Sanga das Pedras

¹ Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense – Amesc.

e Rio do Meio. Na sua criação, tinha mais comunidades, como: São Luiz, São Pedro, Linha de Fáveri e Pingador, porém não possuía a localidade de São Mateus.

Figura 1- Localização do município em Santa Catarina



Fonte: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).

A população estimada em 2015, segundo o IBGE foi de 2.921 pessoas, porém no Censo de 2010, o município possuía 2.890. Observando que mais da metade da população total é do sexo masculino, equivalente aproximadamente 52% da totalidade do número de habitantes. Por conseguinte, destes 2.890 habitantes, 2.134 pessoas residiam na área rural do município e apenas 756 pessoas habitavam a área urbana do município. Pode-se fazer uma breve comparação a partir do Censo de 2000 com a quantidade de pessoas residentes na área rural e urbana, como segue na tabela abaixo.

Tabela 1 - População rural e urbana do município de Morro Grande

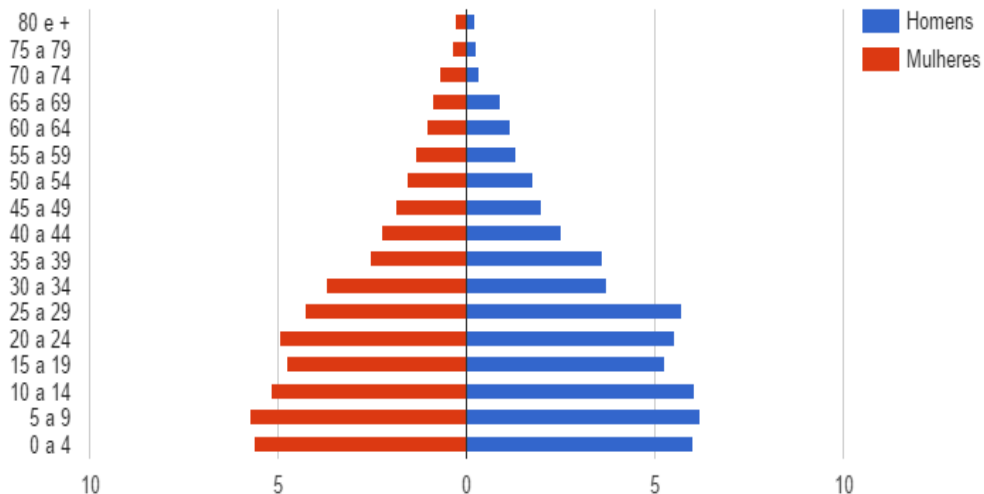
Ano	População Rural	População Urbana	% Rural	% Urbana	População total residente
2000	2.180	737	74,73	25,27	2.917
2010	2.134	756	73,84	26,16	2.890

Fonte: Censo do IBGE (2000 e 2010).

Porém, para conseguir analisar os gastos do município, sabendo a influência que tem sobre os investimentos a caracterização da população residente, por

exemplo, se o município possui uma maior população em idade escolar, haverá mais investimentos em educação, já se a população é mais envelhecida, a tendência é de ter mais gastos com a saúde. Para a análise demográfica, então, será necessário apresentar a pirâmide etária de Morro Grande, nos anos de 1991 e 2010, seguindo abaixo.

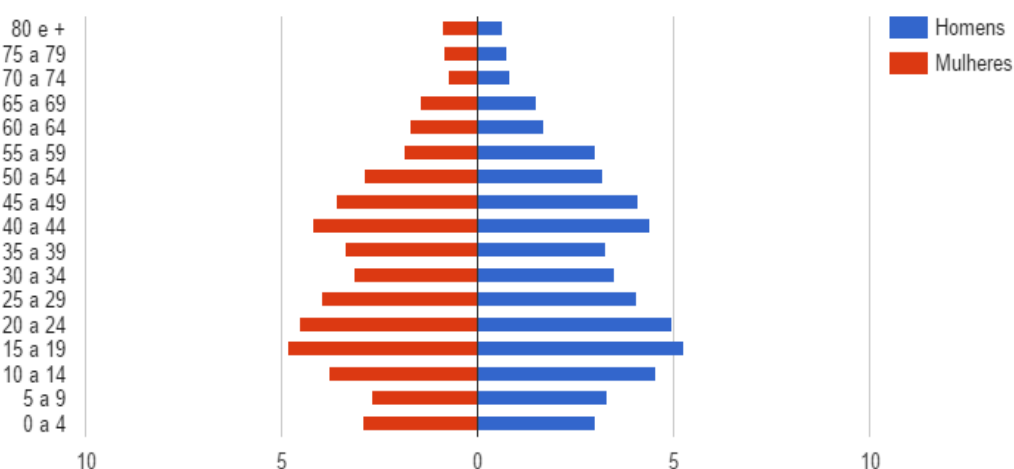
Gráfico 1 - Pirâmide Etária – Município de Morro Grande - 1991



Fonte: Atlas Brasil, 2013

A pirâmide de 1991, demonstrada acima, pode-se notar que a base dela era muito maior que as demais, com a predominância de habitantes entre 0 e 14 anos de idade, que representava cerca de 35% da população. E sua população com idade maior de 60 anos, no mesmo ano equivalia 6,28% do total, representando assim 231 pessoas. Lembrando que, neste mesmo ano, a população residente do município era de 3.693 habitantes. Para uma breve comparação, segue abaixo a pirâmide do ano de 2010.

Gráfico 2- Pirâmide Etária – Município de Morro Grande - 2010



Fonte: Atlas Brasil, 2013

Nela é possível verificar que, Morro Grande não possui uma pirâmide propriamente dita como em 1991, pois sua maior população está entre 15 e 19 anos de idade, equivalente à 152 homens e 140 mulheres. Então consideramos que, 10,1% da população total do município é jovem. Totalizando 19,58% da população com faixa etária entre 15 e 24 anos. Porém sua população idosa equivale á 11,18% dos 2.890 habitantes da cidade. Em comparação com o gráfico 1, a população está envelhecendo, tendo sua maioria ocupadamente ativas, pois é uma faixa etária em que, todos trabalham. Quando comparada a população envelhecida com o ano apresentado acima, ela cresceu cerca de 5% em 2010, já a população jovem, reduziu em torno de 15%.

Observa-se no gráfico 02 que, os munícipes entre 25 e 39 anos de idade obtêm a menor população, na faixa que deveria ser economicamente ativa. Isso se dá, pois muitos jovens buscam empregos em outras cidades. Em 1991, a população que era criança e jovem se tornou adulto e buscou a empregabilidade em outros lugares. Afetando assim, o número de pessoas nesta faixa etária residentes no município de Morro Grande.

Conforme já demonstrado anteriormente, a maior parte da população de Morro Grande reside em áreas rurais. Contudo, se verifica a migração de pessoas da zona rural para a cidade, destacando que, a maioria dessas pessoas é jovem, com idades entre 20 e 30 anos de idade. Isso não quer dizer que foram morar na zona urbana do município, mas sim, que saíram para cidades vizinhas em busca de

empregos. Mas também, muitas pessoas de outras cidades, Estados e até de outros países, migraram para o município com intuito de trabalhar na agroindústria. Porém, essas pessoas não elevam significativamente o número de habitantes no município, mas fazem parte da migração em busca de empregos.

Quanto a população acima de 40 anos de idade, há uma resistência em não sair da área rural. Além de que, é um fenômeno que segue a tendência do país. Os habitantes desta faixa etária tendem a permanecer na área rural pois já construíram um capital. O que não acontece com os mais jovens, pois eles possuem mais facilidade de adaptação. Como Morro Grande possui a maioria dos habitantes na área rural, na perspectiva regional, a tendência é que sua população seja mais envelhecida. Correio e Correio (2015, p. 911) citam sobre o envelhecimento humano “que os municípios que apresentam as maiores taxas são os mesmos cuja população rural se destaca em relação à total”. Isso se identifica ao município citado.

A educação é de suma importância para qualquer cidadão, todos tem o direito de ir à escola, não importando a idade. No município, há dois centros de educação infantil, um localizado no centro do município e outro na localidade de Nova Roma. Além de dois colégios, sendo um de responsabilidade do município e outro estadual. Observando que, no colégio municipal estudam somente alunos até o nono ano do Ensino Fundamental, e o colégio estadual atende alunos desde a 1ª série do Ensino Fundamental até as séries do Ensino Médio. Conforme IBGE (2012) as duas escolas atendem em média 352 alunos no Ensino Fundamental, e o colégio estadual somente no Ensino Médio atende em torno de 121 estudantes. Quanto ao Pré-escolar, no ano de 2012 obteve 34 matrículas. Sob a responsabilidade do município, em 2014, o número de matrículas era em torno de 330 alunos. Podemos fazer uma breve comparação com o ano de 2005, 2009 e 2012 na tabela a seguir.

Tabela 2 - Ensino Escolar no Município de Morro Grande

	2005	2009	2012
PRÉ-ESCOLAR	47	76	34
ENSINO FUNDAMENTAL	447	373	352
ENSINO MÉDIO	111	111	121

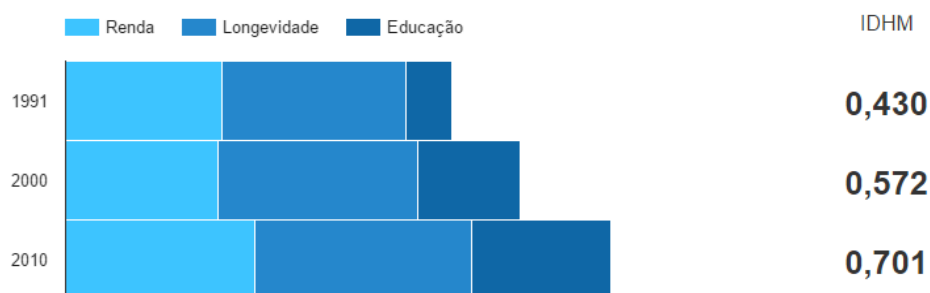
Fonte: IBGE (2005, 2009 e 2012).

Pode-se observar que o número de alunos varia bastante no decorrer dos anos, sendo que houve uma época com baixa natalidade, ou seja, houve baixo

número de nascimentos, assim afetando as matrículas do pré-escolar. Destaca-se que, do ano de 2005 para 2009 houve uma variação de 61,7% no número de matrículas no pré-escolar. Já do ano de 2009 para 2016, esta variação foi negativa, sendo -55,26%. Outro ponto importante, é a grande quantidade de alunos matriculados no Ensino Fundamental, esta é uma fase longa, com nove turmas, é por este motivo de ter tantos alunos nesta etapa. No caso do ensino fundamental, houve variação negativa em ambos períodos analisados. E por fim, no Ensino Médio, há vários alunos que mudam de escolas, ou seja, vão estudar em colégios privados nos municípios vizinhos, assim afetando a queda na quantidade de alunos, mas também há o fato de possuir menor número de turmas nessa fase, sendo somente três turmas. Assim não havendo variação entre 2005 e 2009, já entre 2009 e 2012 variou 9% positivamente.

Outro fator que podemos destacar no município, é a saúde. Morro Grande possui dois postos de atendimento ambulatorial público. Assim como as escolas, um posto está localizado no centro da cidade e o outro em uma localidade próxima, com melhor acessibilidade a população para serem atendidos. Para avaliar o desenvolvimento humano do município, utilizaremos o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que leva em consideração a educação, saúde e renda. Com isso pode-se detectar a vida longa e saudável, a expectativa de anos de escolaridade a partir de crianças e o padrão de vida da população. Então, este índice da cidade equivale a 0,701 (IBGE, 2010), sendo considerado um desenvolvimento humano alto, pois entre 0,700 e 0,799 é considerado Índice de Desenvolvimento Alto. A seguir um gráfico que demonstra a evolução do município, quanto a este índice. Destacando que a longevidade é o fator que mais predomina no índice e a educação vem ganhando espaço na composição.

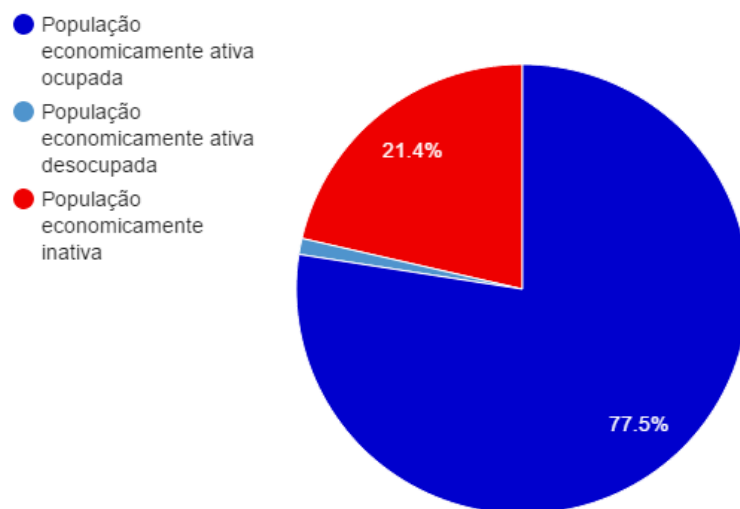
Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento Humano de Morro Grande (2010)



Fonte: Atlas Brasil, 2013

Em comparação aos outros municípios da região da AMESC, o município de Morro Grande se encontrava em 2010 na 14^o colocação conforme dados do IBGE, porém fazendo uma breve análise em todos eles, é possível perceber que o fator que mais contribui para o índice mais elevado, é a longevidade. Em comparação ao IDH do Estado de Santa Catarina, que em 2010 foi de 0,774, os municípios desta região estão todos abaixo, pois o que possui o maior IDH é a cidade de Maracajá, com 0,768. Porém, como já citado acima, todos têm um índice de Desenvolvimento Alto². (Como caracterização dos municípios próximos à Serra Geral, a maioria da população está situada na área rural do município. O município de Morro Grande é considerado esvaente, que na definição de Veiga (2001, p. 10) são cidades “que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas)”, ou seja, a população sai do município em busca de emprego em outras cidades, e também, possui a população mais envelhecida. Assim, população do município está economicamente ativa ocupada, como pode ser observado no gráfico que segue.

Gráfico 4- Composição da população de 18 anos ou mais de idade (2010)



Fonte: Atlas Brasil, 2013

É possível perceber que um pouco mais de 1/5 da população é economicamente inativa, ou seja, são os idosos e crianças. Isto pode ser considerado que, o município é rural e sua população tem característica de mais idosos. Por isso, há um número relativamente grande nesta faixa de inatividade.

² Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Morro Grande – SC. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/morro-grande_sc. Acesso em: 21 abr.2016.

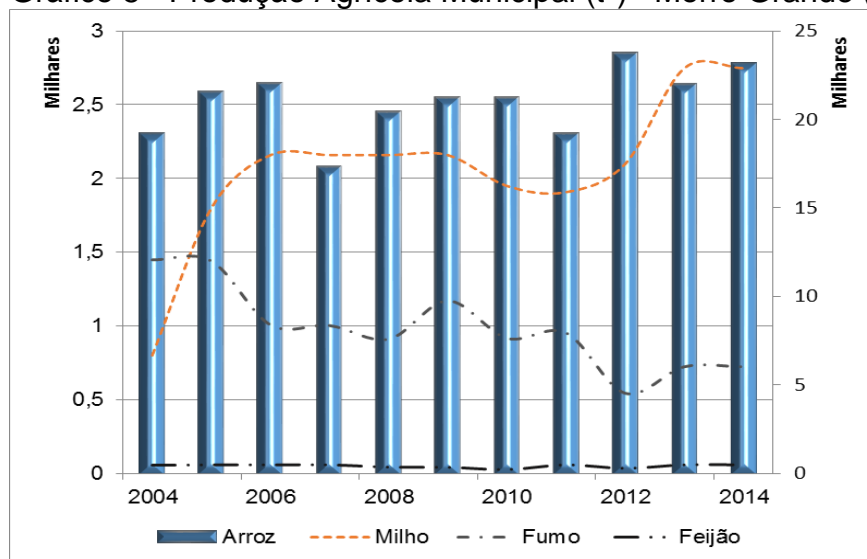
Quanto a população ativa desocupada se refere, conforme o IBGE “as pessoas que não tinham trabalho e estavam efetivamente procurando trabalho, em um determinado período de referência e incorpora o conceito de disponibilidade para assumir o trabalho na semana de entrevista”. E que, essa população é equivalente apenas a 1,1% da composição de habitantes acima de 18 anos de idade ou mais.

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

Nesta seção, são abordados os aspectos econômicos do município de Morro Grande. Envolvendo a produção agrícola, desde lavouras temporárias, permanentes e pecuária. Além das empresas atuantes no município e o pessoal ocupado nelas. E por fim, será apresentado o valor adicionado de Morro Grande, fazendo uma breve comparação da evolução deste fator, como consequência da instalação da empresa de grande porte. Além de comparar o valor adicionado da cidade com os demais municípios que compõem a região da AMESC.

O município de Morro Grande predomina a produção agrícola, possuindo lavouras temporárias e permanentes. A lavoura permanente equivale somente a produção de banana, pois na costa do morro, além de plantio e replantio de eucalipto, é aproveitado para a plantação de bananeiras que permanecem por tempo indeterminado. Já as lavouras temporárias abrangem, principalmente, a produção de arroz, milho, fumo e feijão. A produção anual de cada tipo de lavoura pode ser observada no gráfico que segue.

Gráfico 5 - Produção Agrícola Municipal (t*)– Morro Grande (2004-2014)



Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal – 2004-2014)

*t - toneladas

Como mostra o gráfico acima, a rizicultura é predominante, representando mais de 80% da lavoura temporária. Esse cultivo produz em torno de 21.000 toneladas ao ano. Diferente dos demais apresentados no gráfico, que não chega a 3.000 toneladas de produção ao ano. Mesmo com todos os tipos de lavouras sejam dependentes principalmente do clima, o arroz abrange 3.150 hectares de áreas plantadas. Sendo o milho produzido em 550 hectares e o fumo em 360 hectares. Para melhor identificar as áreas produzidas de arroz, que tem o valor produtivo mais significativo, segue abaixo uma tabela comparando a áreas plantadas e o total produzido.

Tabela 3 - Produção de arroz (2004-2014) – Município de Morro Grande

Ano	Área produzida	Produção a.a. (t)	Produtividade (t/ha)	Varição Anual
2004	2.850	19.238	6,75	-
2006	3.150	22.050	7,00	14,62
2008	3.150	20.475	6,50	-7,14
2010	3.150	21.262	6,75	3,84
2012	3.150	23.767	7,55	11,78
2014	3.150	23.200	7,37	-2,39

Fonte: IBGE. (Lavoura Temporária).

Pode-se observar que a abrangência enquanto área cultivada da rizicultura se manteve constante, embora a produção tenha variado com o decorrer dos anos, pelo simples fato de nenhum ano ser como o outro. Desde o início da plantação que demanda mais cuidados, até o aspecto climatológico. A produtividade de arroz obteve seu pico em 2012, quando produziram 7,55 toneladas de arroz por hectares. Ainda sobre as lavouras temporárias, é possível identificar qual o percentual que cada uma obtém em hectares, conforme demonstrado na tabela que segue.

Tabela 4 - Comparação de produção entre as lavouras temporárias no Município de Morro Grande (2004-2014)

Ano/Lavoura	Arroz (%)	Milho (%)	Fumo (%)	Feijão (%)
2004	89,33	3,71	6,71	0,25
2005	86,75	7,24	5,79	0,22
2006	87,26	8,55	3,97	0,22
2007	84,37	10,50	4,86	0,27
2008	86,81	9,16	3,85	0,18
2009	86,32	8,77	4,74	0,17
2010	88,03	8,07	3,78	0,12
2011	86,86	8,61	4,29	0,25
2012	89,88	7,94	2,04	0,13
2013	86,18	10,78	2,82	0,22
2014	86,81	10,29	2,69	0,21

Fonte: IBGE. (Lavoura Temporária).

Na tabela 4, é possível observar que o cultivo do milho ganhou espaço no decorrer dos anos, tendo uma maior produção, ao contrário do que aconteceu com o fumo, onde os produtores trocaram esse tipo de lavoura por causa da falta de mão de obra e pouca tecnologia, sendo a maioria do serviço manual. Vargas e Oliveira (2012, p. 176) afirmam que “o sistema de produção utilizado pelos agricultores que cultivam tabaco demanda mão de obra intensiva e exige uma quantidade considerável de pesticidas e outros agroquímicos.” Assim pode-se observar a substituição da produção de fumo, pela produção de milho, para melhor aproveitar as áreas de cultivo. E por fim, o feijão possui uma parcela mínima na produção, não chegando a 0,5% da produção total da lavoura temporária e o arroz por sua vez, não há grande variação na sua produção no decorrer dos anos, como pôde ser percebido na tabela 3 que apresentou sobre a produção de arroz.

Assim como a lavoura temporária predomina no município, há também a pecuária, que tem grande influência com a presença da agroindústria no município, com efeito sobre a avicultura. Embora, o município já produzisse frangos para abate, enviando para agroindústrias de municípios vizinhos. Porém, com o decorrer dos anos e com o fortalecimento da indústria internamente, houve aumento neste tipo de produção. Todavia a agroindústria do município não demanda somente frangos produzidos em Morro Grande, mas de uma determinada região, sendo composta por municípios vizinhos. Então, a variação da criação de frangos não determina o potencial produtivo da atual agroindústria. Mas equivale à participação produtiva do município para a mesma. Pois, nos dados compilados pelo IBGE e apresentados na

tabela a seguir, no que se refere à pecuária, os principais determinantes são a produção de frango e leite. Deste modo, o frango teve seu ápice em 2012 e o leite possui crescimento em sua produção a partir de 2008. Observa-se que em 2014, a produção de leite quase triplicou em comparação com o ano de 2012.

Tabela 5 - Pecuária – Produção no Município de Morro Grande – (2004-2014)

Ano	Bovinos (Un.)	Galinha (Un.)	Frango (Un.)	Leite (L)
2004	1.900	28.000	420.000	420.000
2006	1.860	29.000	550.000	410.000
2008	3.294	398.000	500.500	198.000
2010	3.391	130.000	1.000.000	201.000
2012	3.276	140.000	1.050.000	375.000
2014	3.850	92.000	991.000	992.000

Fonte: IBGE. (Pecuária).

Outro determinante da cidade são as empresas, conseqüentemente até 2005 era predominada pelo ramo madeireiro e vestuário. No entanto, a partir de 2006 houve a instalação da agroindústria, influenciando a saída de algumas pessoas do campo para trabalhar na indústria. Outro motivo para a mudança de serviço dos trabalhadores rurais, é que houve modernização na agricultura, onde antes era preciso o trabalho braçal, hoje não se necessita mais por causa das tecnologias implantadas. Netto, Melo e Maia (2010, p. 37) afirmam que “a agricultura tradicional praticada por famílias é forçada a ceder espaço físico para a agricultura modernizada”. Além dos comércios situados em Morro Grande, conforme IBGE 2013, o número de empresas atuantes chega a 109 unidades. Pode-se observar melhor o número de empresas atuantes no município a partir da tabela que segue, fazendo uma breve comparação entre alguns anos.

Tabela 6 - Empresas atuantes e Pessoal Ocupado no município de Morro Grande – (2006-2013).

Ano	Empresas Atuantes	Varição (a.a.)	Pessoal Ocupado	Varição (a.a.)
2006	65	-	326	-
2007	89	37%	690	112%
2008	80	-10%	1092	58%
2009	80	0%	1575	44%
2010	103	29%	2484	58%
2011	99	-4%	3166	27%
2012	101	2%	2845	-10%
2013	109	8%	2058	-28%

Fonte: IBGE (2006-2013).

O número de pessoas ocupadas aumentou entre os anos de 2006 e 2013 mais de 500%, conforme a estatística do cadastro central de empresas que está à disposição no IBGE. Contudo, não são somente habitantes do município que compõem este dado, pois principalmente a agroindústria atraiu vários trabalhadores de cidades vizinhas. Em 2010, Morro Grande possuía a população economicamente ativa em torno de 1.600 pessoas, lembrando que, este dado é somente do município, não contando todas as pessoas que trabalhavam dentro do município. Porém o número de empresas atuantes no município, não aumentou 70%. Isso pode nos mostrar o grande número de empregos que a indústria que começou a atuar após janeiro de 2007 ofertou com sua inserção ao mercado. A empresa, inicialmente, alocou cerca de 250 empregos diretos, sendo que, em 2010, chegou a 1.422 trabalhadores. Atualmente, a agroindústria que iniciou sua produção em 2013, emprega em torno de 1.200 trabalhadores (OLIVEIRA, 2010).

Neste contexto, é possível notar a importância econômica que a empresa proporcionou ao município, analisando o nível de crescimento econômico. Conforme Santos (2003, p. 24), “restringindo-se aos aspectos da macroeconomia, o valor adicionado está intimamente ligado à apuração do produto nacional.” Na região da AMESC, no ano de 2006, levando em consideração o valor adicionado, o município pertencia a 13^o colocação, pois seu principal componente era a produção primária, representando em torno de 88% do total, conforme apresentado na tabela que segue.

Tabela 7 – Valor Adicionado Município de Morro Grande em relação à AMESC, em 2006. (2015=100)

Posição	Municípios AMESC	Nº de Habitantes	VA* (R\$)	Renda Per Capta (a.a.) (R\$)	Renda Per Capita (a.m.) (R\$)
1º	Araranguá	54.706	628.629.136,52	11.491,05	957,59
2º	Turvo	10.887	280.710.876,52	25.784,04	2.148,67
3º	Sombrio	22.962	211.267.598,03	9.200,75	766,73
4º	Jacinto Machado	10.923	162.697.045,12	14.894,90	1.241,24
5º	Meleiro	7.080	126.403.948,21	17.853,67	1.487,81
6º	Maracajá	5.541	94.252.021,67	17.009,93	1.417,49
7º	São João do Sul	6.784	90.743.591,34	13.376,12	1.114,68
8º	Passo de Torres	4.400	62.370.430,37	14.175,10	1.181,26
9º	Timbé do Sul	5.323	59.865.052,96	11.246,49	937,21
10º	Santa Rosa do Sul	7.810	57.833.240,13	7.405,02	617,09
11º	Praia Grande	7.286	52.380.458,48	7.189,19	599,10
12º	Ermo	2.057	47.924.215,09	23.298,11	1.941,51
13º	Morro Grande	2.917	47.551.880,98	16.301,64	1.358,47
14º	B. Arroio do Silva	6.043	27.956.311,23	4.626,23	385,52
15º	B. Gaivota	5.450	24.210.480,21	4.442,29	370,19

Fonte: IBGE (2000); AMESC (2014).

* Valor Adicionado - VA

Porém, em 2014, houve um salto no valor adicionado do município. Deste modo, dos municípios pertencentes a região da AMESC, Morro Grande passou para a 4ª colocação. Isto se dá, também, por causa da influência da agroindústria no município. Em 2006, o fator que mais influenciava era a produção primária, mas em 2014, o principal fator foi o abate e fabricação de produtos de carne, equivalendo a 63,6% do valor adicionado total. Quanto à produção primária, da participação de 88% em 2006, em 2014 passou para 28,25%. Na tabela que segue, está demonstrado o número de habitantes de cada município da AMESC, com seu respectivo VA e Renda Per Capita, destaca-se que Morro Grande possui uma das menores populações da AMESC.

Tabela 8 - Municípios da AMESC e suas colocações em 2014 a partir do Valor Adicionado (2015=100)

Posição	Municípios AMESC	Nº de Habitantes	VA* (R\$)	Renda Per Capita (a.a.) (R\$)	Renda Per Capita (a.m.) (R\$)
1º	Araranguá	61.310	1.053.376.441,83	17.181,15	1.431,76
2º	Sombrio	26.613	512.605.999,41	19.261,49	1.605,12
3º	Turvo	11.854	501.619.540,57	42.316,48	3.526,37
4º	Morro Grande	2.890	311.097.234,57	107.646,10	8.970,51
5º	Jacinto Machado	10.609	285.184.979,34	26.881,42	2.240,12
6º	Meleiro	7.000	233.479.743,99	33.354,25	2.779,52
7º	Maracajá	6.404	184.409.526,19	28.795,99	2.399,67
8º	São João do Sul	7.002	158.345.488,24	22.614,32	1.884,53
9º	Timbé do Sul	5.308	151.118.115,73	28.469,88	2.372,49
10º	Praia Grande	7.267	124.644.033,85	17.152,06	1.429,34
11º	Sta Rosa do Sul	8.054	101.570.712,34	12.611,21	1.050,93
12º	Ermo	2.050	95.067.393,87	46.374,34	3.864,53
13º	Passo de Torres	6.627	72.917.886,58	11.003,15	916,93
14º	B. Gaivota	8.234	51.871.016,93	6.299,61	524,97
15º	B. Arroio do Silva	9.586	45.445.026,85	4.740,77	395,06

Fontes: IBGE (2010); AMESC (2014).

* Valor Adicionado - VA

Quando comparado o valor adicionado dos municípios da AMESC dos anos de 2006 e 2014, na sua maioria, permaneceram na mesma classificação econômica. Exceto Morro Grande, que obteve grande salto em seu valor adicionado de 2006 para 2014. Como já citado, em 2006 o principal setor que influenciava, era o setor primário, seguido pelo desdobramento de madeira. Porém, em 2014, o setor de desdobramento de madeira perdeu impacto perante aos outros setores. No passar dos anos, o abate e fabricação de produtos de carne, principalmente de frango, ganhou destaque com a instalação da agroindústria em Morro Grande. Elevando o município à 4ª colocação econômica das cidades pertencentes à AMESC.

Após realizada uma breve respectiva do perfil socioeconômico do município de Morro Grande, no próximo item apresenta-se as análises sobre as receitas e os principais determinantes para sua elevação nos últimos anos.

3.3 ASPECTOS GERAIS DA RECEITA

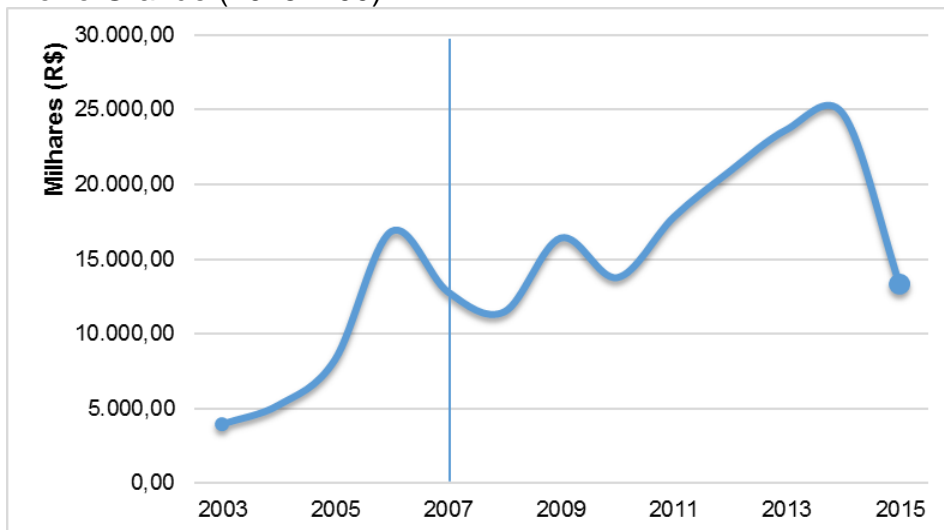
Neste subitem, é abordado os tipos de receitas arrecadadas pelo município de Morro Grande e suas origens. Conforme Brasil (2005) as receitas públicas principalmente, tem caráter definitivo para o poder público, não sendo devolutiva, com objetivo de atender nas despesas públicas necessárias.

A partir do art. 11 da Lei 4.320/64, classifica-se a receita em duas categorias econômicas: Receita corrente e receita de capital. E, assim, neste tópico, serão explicitadas cada uma delas e as receitas que as compõem.

3.3.1 Receita Corrente

Como cada recurso é obtido de diferentes maneiras, a receita pública possui suas classificações por natureza. Uma delas é a receita corrente, que engloba a receita tributária, de serviços, patrimonial, contribuições, transferências correntes, entre outros. A partir do gráfico abaixo, é mensurável a participação elevada da receita corrente, onde mesmo sendo oscilante, ela predomina em todos os anos analisados, pelo simples fato de possuir valores altos.

Gráfico 6 - Demonstração da Receita Corrente (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

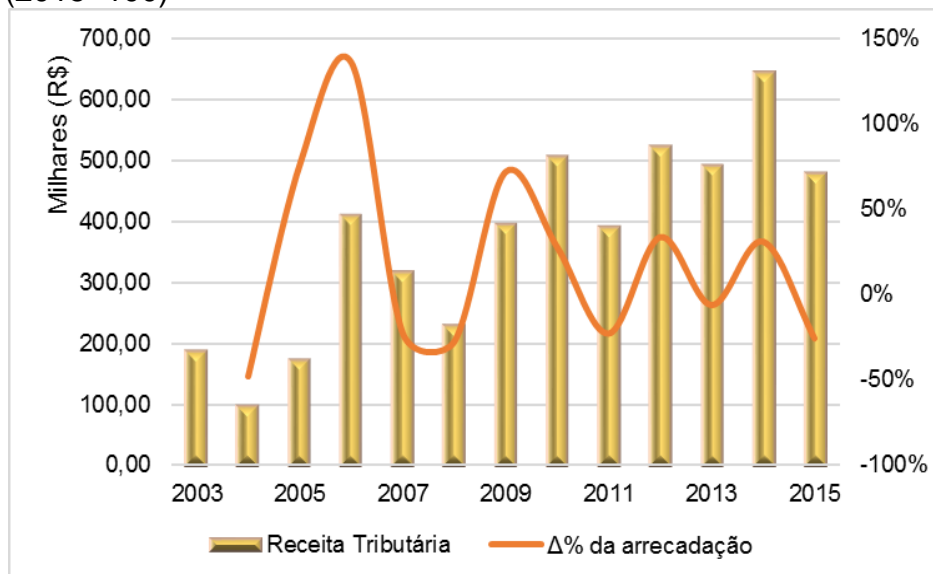
É notável a queda da receita no ano de 2015, desta forma a receita arrecadada corrente voltou aos patamares de 2010, tendenciando a queda maior no ano de 2016. Destaca-se que, com o efeito da inflação em 2015, tornou a diferença ainda maior. Pois em 2014, a população obtinha aproximadamente 11% a mais poder de compra que em comparação com 2015. A receita corrente arrecadada anteriormente a implantação da agroindústria não superava R\$ 7.000.000,00. Porém em 2006, quando foi construído o local adequado para incentivar a vinda da empresa ao município, a receita corrente arrecadada quase dobrou seu valor. Neste gráfico também é possível observar o gradativo aumento pertinente em 4 anos

consecutivos, 2011 - 2014. A seguir, para melhor visualizar a participação de cada tipo de receita, serão apresentados os gráficos individualmente.

3.3.1.1 Receita Tributária

Fazendo parte da composição da receita corrente de Morro Grande, tem-se a receita tributária. A seguir, apresenta-se a receita tributária arrecadada.

Gráfico 7- Receita Tributária (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Com esse gráfico, é possível observar que há uma grande oscilação na arrecadação tributária do município. Onde há anos que a variação chega a quase 150% e outros anos aproximadamente -50%. Isso leva-se a notar o qual oscilante é este tipo de receita. Pois esta forma de arrecadação engloba os impostos, definidos como tributos “cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.” (SANTOS, 2006, p.84). Ou seja, os impostos cobrados são: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). A maior parte da arrecadação deste tipo de receita se dá através do ISS e em seguida do IPTU. Então, são estes dois impostos que possui maior relevância quanto aos demais.

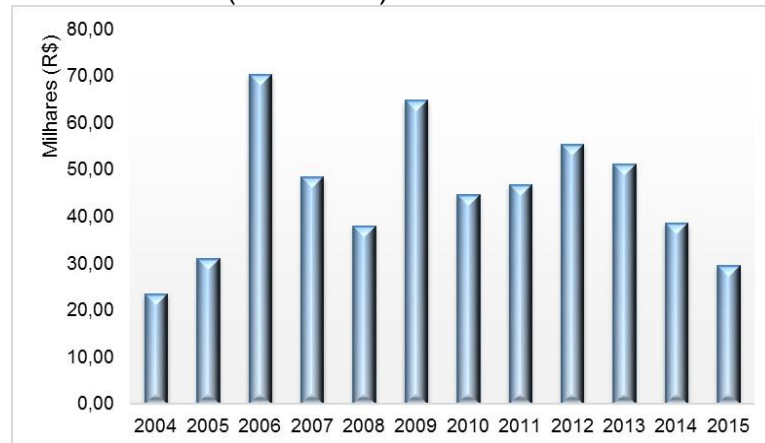
Faz parte também da receita tributária, as taxas que são cobradas a partir da utilização de serviços públicos, e as contribuições de melhorias, para custear parte de obras públicas, como melhoria em calçadas, praça pública, entre outros. Ou seja, não sendo constante ou até mesmo crescente suas arrecadações.

Então, não é este fator que predomina na elevação da arrecadação de receita do município no decorrer dos anos. Pois, este tipo de receita representa em média aproximadamente 2,5% do total arrecadado, sendo equivalente à R\$ 372.846,86 anual.

3.3.1.2 Receita de Contribuições

Outra receita que compõe a arrecadação corrente do município de Morro Grande são as receitas de contribuições. Para melhor observar a participação econômica dessa receita, segue abaixo o gráfico com os valores arrecadados a partir de 2004.

Gráfico 8 - Receita de Contribuições (2004-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)



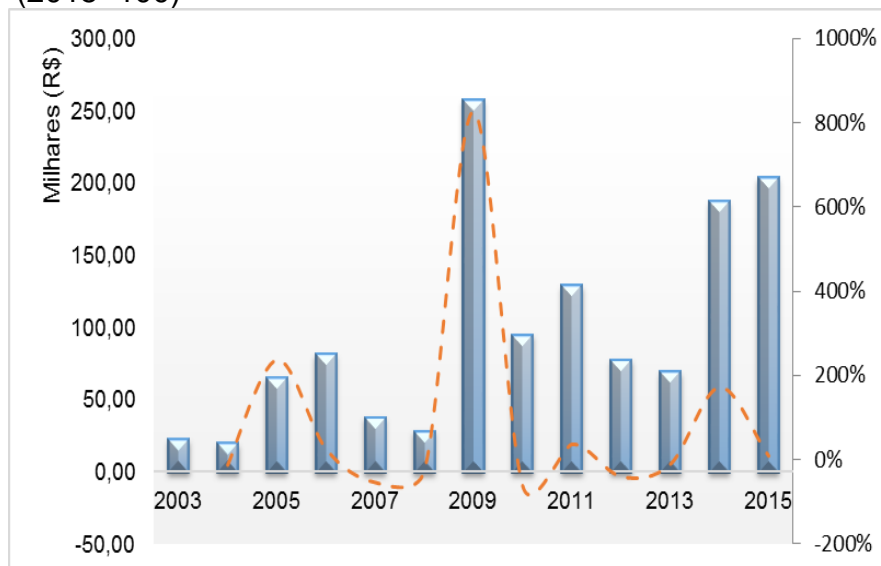
Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2004-2015). Elaboração própria.

Assim como a receita tributária, a receita de contribuições também oscila bastante, porém sua participação no total da receita corrente é menor. Seu ápice foi em 2006, quando contribuiu com um pouco mais de R\$ 70.000,00 para o município. Então até este ponto, não há grande influência para o crescimento constante da receita corrente arrecadada pelo município, principalmente a partir da instalação da agroindústria em Morro Grande em 2007.

3.3.1.3 Receita Patrimonial

A receita patrimonial, no município, é composta por valores mobiliários, ou seja, remuneração de depósitos bancários. Sendo assim, essa remuneração é ainda mais instável, pois são os depósitos de recursos vinculados, desde o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Fundo da Saúde, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e recursos não vinculados. Abaixo, segue o gráfico com a receita patrimonial arrecadada entre os anos de 2003 e 2015.

Gráfico 9- Receita Patrimonial (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)



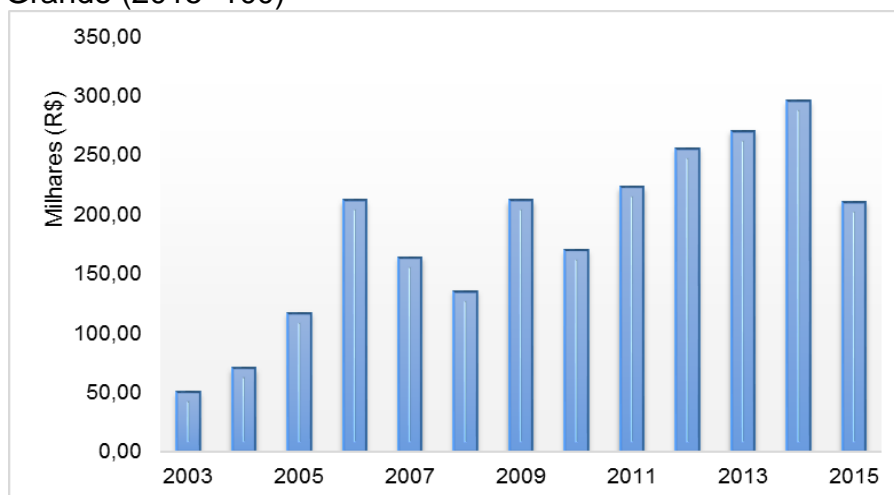
Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Observamos no gráfico 9, que desde 2003, a receita oscilou de R\$ 19.221,84, sendo o menor valor no ano de 2004 e o maior valor, foi em 2009, chegando à R\$ 257.071,67. Esta receita possui maior oscilação que aquelas já apresentadas anteriormente. Pois, no decorrer dos anos variou desde 800% até -70%, tendo impacto maior do que as outras receitas. Dessa forma, pode acarretar na discrepância nos valores finais analisados. Porém deve ser analisado as demais receitas, para ver se realmente esta receita gera impacto no total arrecadado, enviesando a análise.

3.3.1.4 Receita de Serviços

Quando falamos em receita de serviços, ressaltamos que são aqueles serviços prestados pelo município a população. Como o serviço de captação, adução, tratamento e distribuição de água, que é controlado pelo município, via Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), o próprio comércio, transporte, serviços culturais, entre outros serviços. Não houve grande aumento no número de habitantes no município. Porém aumentou o número de residências, e também, como o município tem característica rural, a população que morava na zona rural, buscava água diretamente na nascente individualmente. Ou seja, as pessoas não tinham água encanada da rede geral de abastecimento, eles construíam poços artesanais ou eles mesmos iam até a nascente de água nos morros e realizavam o encanamento dessa água até suas residências. Atualmente, a maioria da população já possui água tratada em suas casas, porém, ainda há pessoas que preferem a água direto da nascente sem tratamento algum. Essa é uma realidade de poucos municípios, mas ainda existe.

Gráfico 10- Receita de Serviços (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

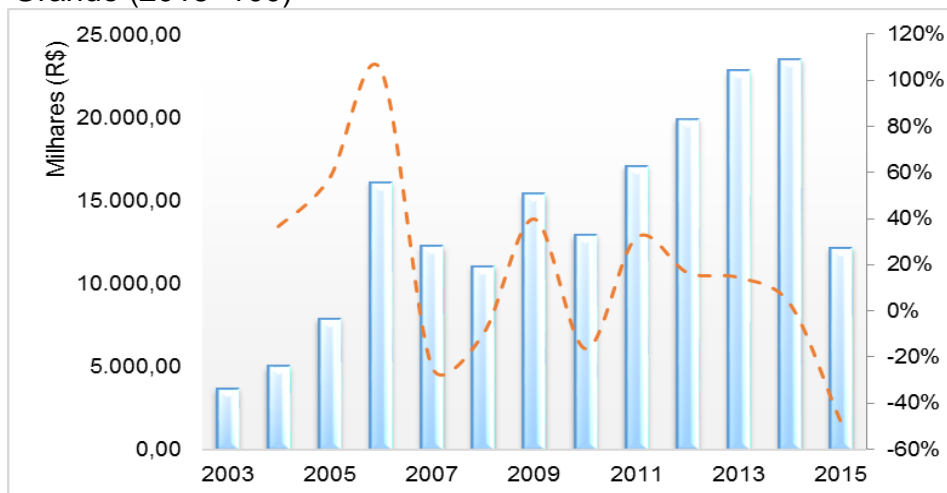
Com o decorrer dos anos as pessoas começaram a se adequar e instalaram água da rede de abastecimento em suas casas, influenciando o aumento na receita de serviços, pois como a Prefeitura presta o serviço de abastecimento de água via SAMAE, esta receita é de serviços. Embora não tenha uma participação expressiva

na receita total, sendo equivalente, em média, 1,2% da totalidade corrente. Pode ser observado esse crescimento no segmento com o gráfico apresentado acima.

3.3.1.5 Transferências Correntes

O tipo de receita que há maior participação na receita corrente, assim correspondendo na receita total, são as transferências correntes. Ela engloba as transferências intergovernamentais, que é composta pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), transferências de recursos da exploração de recursos naturais, recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), entre outros. Já as transferências multigovernamentais, são compostas pelas transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). E por fim, engloba as transferências por convênios. Dos dois tipos principais de receitas que compõe as transferências correntes, a que mais predomina são as transferências intergovernamentais.

Gráfico 11- Transferências Correntes (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)

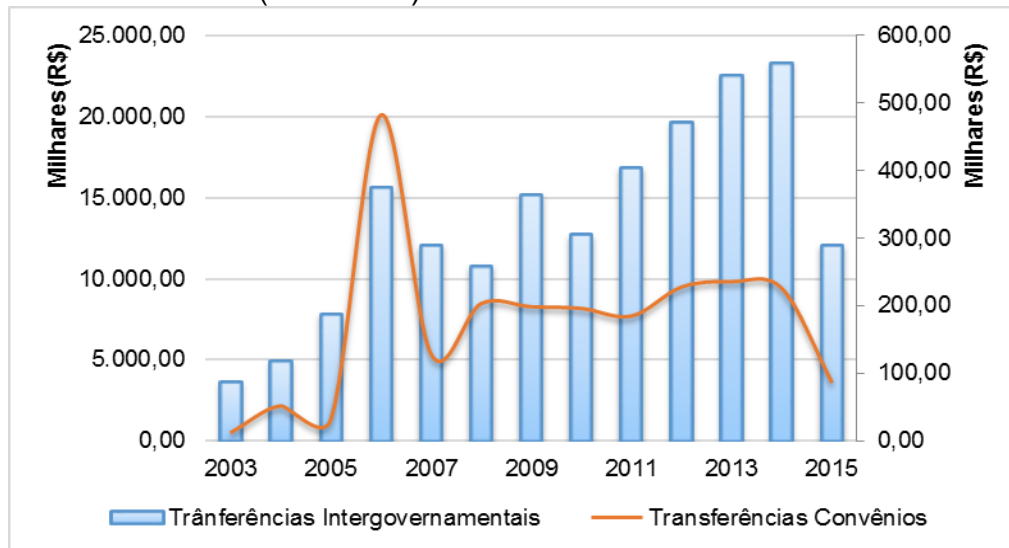


Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Tendo como base para análise o gráfico acima, podemos observar que esse tipo de receita tem o valor mais elevado. Observando que, desde o ano de 2003, já possuía valor alto. Mas podemos, também, distinguir que, a partir de 2006, esse tipo de receita obteve um crescimento mais oscilante. Já em 2010 em diante, passou a

ter um crescimento constante. Porém, em 2015, com a crise econômica no País, juntamente com a elevação da inflação, afetaram a arrecadação do município, que tinha como maior impacto o repasse via FPM e ICMS. Abaixo, está posto o gráfico demonstrando a composição das transferências correntes.

Gráfico 12- Formação das Transferências Correntes (2003-2015) – Município de Morro Grande (2015=100)



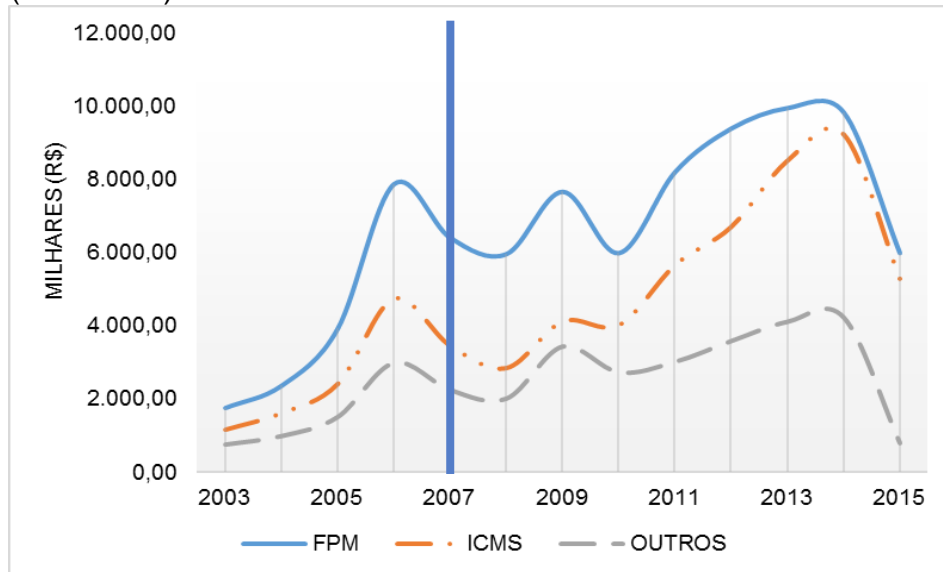
Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

No gráfico acima, pode-se observar a diferença da participação entre ambos os tipos de transferências. Porém não é possível saber ainda qual o tipo de receita que mais influencia para esse valor ser tão maior que os demais. Mas com este gráfico foi possível observar que as receitas que compõem as transferências intergovernamentais são expressivas. Ao contrário das transferências de convênios, que não ultrapassaram R\$ 500.000,00. No próximo item, será apresentado a composição das transferências intergovernamentais.

3.3.1.5.1 Transferências Intergovernamentais

Como já comentado anteriormente, as transferências intergovernamentais são compostas por diversos tipos de receitas. Porém os principais componentes é o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A seguir, será apresentado um gráfico que demonstra melhor esta afirmação.

Gráfico 13- Participação nas Transferências Intergovernamentais (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Com esse gráfico, observamos que a principal receita, seria o FPM nos 13 anos analisados. Porém, em 2014, o ICMS se aproximou ao valor transferido pelo FPM. Além de que, o salto ocorrido em 2011, é a junção dos dois principais fatores, pois o FPM aumentou um pouco mais de R\$ 2.000.000,00 e o repasse pelo ICMS foi em torno de R\$ 1.600.000,00. Mas depois deste ápice do FPM em 2011, ele se manteve em constante crescimento, tendo leves aumentos, já o ICMS continuou em crescente aumento. Comparando ambas as transferências, de 2012 a 2014, o FPM aumentou em torno de R\$ 500.000,00, já o ICMS cresceu em torno de R\$ 2.500.000,00.

É notável a elevação permanente do ICMS a partir da instalação da empresa no município. Inicialmente no ano de 2008 houve queda na arrecadação nesse tipo de imposto, assim como a receita corrente arrecadada. Porém a partir de 2009 o ICMS só aumentou, influenciando no aumento da receita pública do município. Diferentemente das outras receitas, que tinham grandes oscilações nos anos correntes. Nesta comparação, assim como todos os outros dados, os valores foram deflacionados. Ocorrendo a grande diferença nos valores relacionados. Isso acontece pelo fato de no ano de 2015, haver menor poder aquisitivo, sendo aproximadamente 11% a menos que o ano anterior.

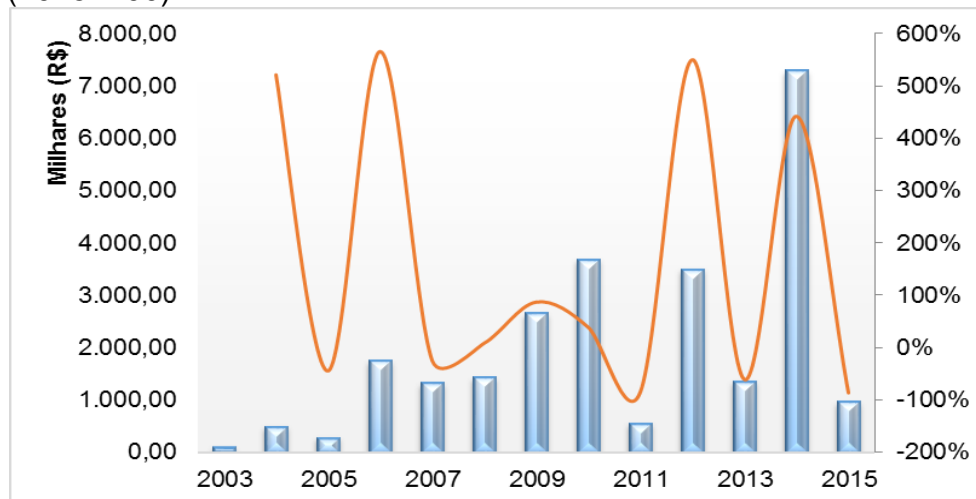
3.3.2 Receita de Capital

Compondo a receita total arrecada, juntamente com as receitas correntes, tem-se a receita de capital. Ela corresponde, conforme Santos (2006, p. 85) “às operações de crédito, às alienações de bens, às amortizações de empréstimos concedidos, às transferências de capital e a outras receitas de capital”.

Sendo que, de todos os componentes da receita de capital, a principal receita é a de transferências de capital, pois equivalem as transferências de convênios. Sobre convênios, Brasil (2014, p.13) define que “é o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros dos orçamentos da União visando à execução de programa de governo, o qual envolve a realização de projeto, atividade” e afins.

Porém os convênios, não são repasses constantes, dependerá de investimentos a serem feitos no município, entre outras variáveis. Então, as transferências de capital, são aqueles recursos repassados por pessoas de direito público ou privado. No gráfico apresentado abaixo, pode ser mais bem visualizada a oscilação da receita de capital.

Gráfico 14- Receita de Capital (2003-2015)– Município de Morro Grande (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

No gráfico apresentado acima, pode-se observar que não há padronização nos valores arrecadados, ou seja, há uma grande oscilação na receita advinda de capital, assim sendo um ano independente do outro. Porém, o ano de 2014 desequilibrou a receita total arrecada, no tópico seguinte será mais bem explicado

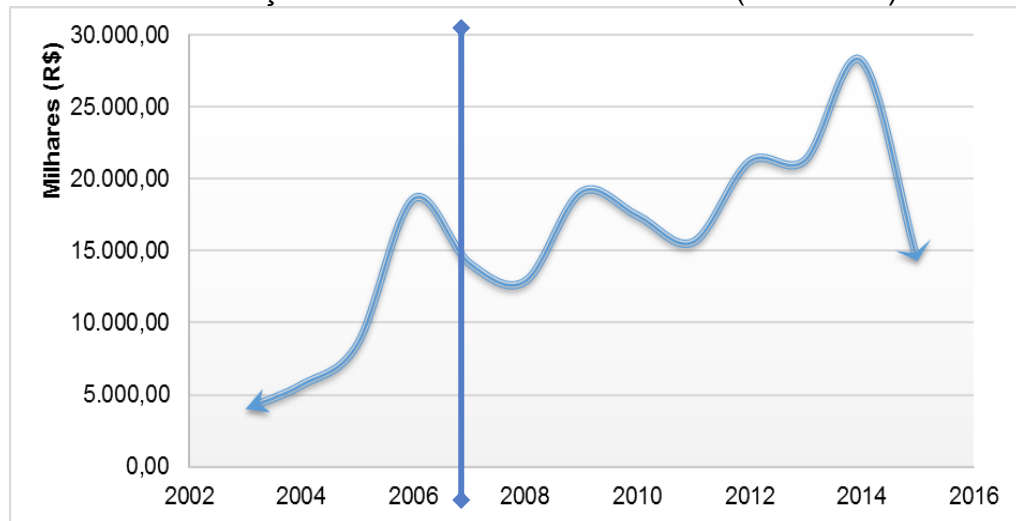
este fato. Neste ano, 2014, foi disperso a arrecadação em comparação aos outros anos. Este é um fato que provocou a queda da receita de 2015. Entretanto, não houve queda na receita, e sim, que, o ano anterior teve grandes transferências por convênios. Assim, em 2014, foi obtido desse tipo de receita, um valor de R\$ 5.274.297,10, sabendo que, em 2015 esse repasse foi de apenas R\$ 392.496,17. Nota-se então, que, o ano anterior ao de 2015 acaba enviesando os dados, pois houve um alto repasse via convênios com o Estado e a União. O que não aconteceu com os demais anos analisados no presente trabalho.

3.3.3 Receita Total

No município de Morro Grande, historicamente, predominaram a agricultura e o ramo madeireiro. Porém com o passar dos anos, assim como toda a evolução, ocorreram mudanças neste contexto. Como já citado, a chegada de uma empresa de grande porte ao município atraiu a população que até então trabalhava com a cultura de arroz, milho e fumo, deixou o trabalho no campo, para trabalhar na cidade e em municípios vizinhos, até por que, houve grande influência a modernização na agricultura, substituindo assim a mão de obra. Priori et al. (2012, p. 123) argumenta que “em termos sociais, o aumento do número e utilização de tratores, além de outros implementos e insumos agrícolas, eliminou muitos empregos no campo e engrossou as migrações para as cidades.”

Sendo assim, não houve mudança somente na forma de trabalho da população, mas também na contextualização econômica do município. Pois o fluxo da produção da agroindústria tem fator positivo em relação ao município. Embora que, o município teve que fazer investimentos em infraestrutura para atrair a empresa ao município, como a construção do local adequado para instalação da mesma, e também investimentos em suporte a quem chega ao município, como estradas. Podemos analisar no gráfico que segue, que a receita total arrecadada pelo município no decorrer dos anos antes da instalação da agroindústria, obtinha crescimento, porém com menos intensidade.

Gráfico 15 - Evolução da Receita Real Arrecadada (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2002-2016). Elaboração própria.

Observa-se uma grande elevação da receita arrecadada no ano de 2006, com influência do FPM, como analisado anteriormente. Já a partir de 2007, quando a empresa começou a atuar, embora o ganho para o município nos anos iniciais não tenha sido tão grande, não gerou impacto a receita total arrecadada. Desse modo, a receita total possui grande oscilação na arrecadação em todos os anos, por causa da grande diferença de valores arrecadados, principalmente na receita de capital. Como foi visto anteriormente, a receita de capital em 2011, teve uma grande queda, assim afetando no resultado da receita total arrecadada.

Com a análise realizada anteriormente de cada componente da receita total, é possível identificar qual dos tipos de receita apresentados, mais influenciou no crescimento do total arrecadado, ou até mesmo na influência da empresa na arrecadação do município. Analisando estatisticamente a influência da empresa sobre a receita arrecada do município serão utilizadas a seguir algumas funções estatísticas para provar a veracidade da afirmação. Para esta comparação entre o antes e depois da instalação da agroindústria, a seguir, há uma tabela exemplificando os dados a serem analisados.

Tabela 9 - Valores estatísticos e Teste t para Receita Arrecadada

Teste Estatístico	Antes da empresa (2003-2006)	Depois da empresa (2007-2015)
Média	R\$ 9.197.240,49	R\$ 18.234.903,87
Mediana	R\$ 7.090.272,01	R\$ 17.437.092,74
Desvio Padrão	R\$ 6.545.903,63	R\$ 4.830.081,14
Valor de P	0,007410984	

Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

Observa-se que, tanto a média quanto a mediada obtiveram aumento após a instalação da agroindústria (tabela 9). Já o desvio padrão, representa a variação da receita em relação à média obtida. Destaca-se que a média antes da empresa, entre 2003 e 2006, é, aproximadamente, metade da arrecadação média obtida depois da instalação da mesma.

Para comprovar a afirmação de que a empresa influenciou na economia do município, foi realizado o teste t. Este teste estatístico compara amostras distintas. Então, depois de realizado o teste, foi obtido o valor de 0,0074. Logo, com este valor, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, rejeita a afirmação que não houve variação na média entre os períodos antes e depois da instalação. Pois este valor resultante do teste t representa que houve variação na receita arrecadada. Assim volta-se a afirmar que, a empresa teve influência economicamente sobre Morro Grande.

Pode-se observar que, a grande oscilação no repasse de convênios com a União e o Estado afeta muito na receita total. E também, em todos os dados obtidos, foi possível identificar como a crise de 2015 afetou a arrecadação de recursos do município.

Entre todas as variáveis colocadas para análise, a principal é as transferências correntes, que é composta principalmente pelo FPM e o ICMS. O FPM é composto pelo IR e pelo IPI. Sendo que este valor é distribuído aos municípios conforme sua natureza, população e renda per capita. FECAM (2016) dispõe que “os valores que compõem o Fundo são provenientes de dois impostos da União, o imposto sobre a renda – IR (Art. 153, III da Constituição) e o imposto sobre produtos industrializados – IPI (Art. 153, IV)”. Matias e Campello (2000, p. 75) apontam que “o índice de participação é função da renda per capita, o que significa que aumentando esse indicador por meio do desenvolvimento municipal, o índice se elevará, com o conseqüente aumento dos valores repassados”.

O ICMS, segundo Matias e Campello (2000), é de competência principalmente do Estado, porém tem relevância aos municípios. Do valor adicionado, o ICMS representa dois terços desse índice. Como o valor adicionado do município tem se elevado bastante com o decorrer dos anos, como apresentado nas seções anteriores, é um fator para tal elevação do ICMS na participação no município.

Com isso, foi possível identificar a importância de cada tipo de receita na composição dos recursos arrecadados no município de Morro Grande. Sendo possível, a partir de agora, fazer a análise da aplicação dos mesmos em despesas com o município. Será levado em consideração para análise, a LRF, que é uma das principais Leis a ser cumprida pelos municípios.

3.4 ASPECTOS GERAIS DA DESPESA

As despesas realizadas pelo governante, ou seja, a receita aplicada tem como efeito, o bem-estar da população, portanto são os benefícios que estas aplicações terão aos seus habitantes. Porém, para ocorrer investimentos, é necessário haver planejamento, que se dá através do PPA, LDO e a LOA, ou seja, as obras e investimentos a serem feitos devem estar contidos no planejamento da administração pública. Então, o governo municipal utiliza dos recursos arrecadados para custear investimentos e serviços para deixar à disposição da população que está de passagem pelo município e principalmente para aqueles que residem e necessitam de melhorias. Nesta seção, serão abordados os principais gastos existentes no município e de que forma foram realizados.

3.4.1 Despesas

Cada investimento realizado pela administração pública tem efeito sobre a receita. Pois, muitas dessas aplicações, equivalem a repasses por convênios. Porém, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o município é obrigado a aplicar 25% (vinte e cinco por cento) da receita de tributos na educação, e 15% (quinze por cento) da mesma na saúde. A Lei Complementar nº 101 de 2000, em seu Art. 19, se refere à despesa com pessoal, onde em seu inciso III, impõe que o município não pode exceder 60% de sua receita corrente líquida. Sabendo que, o setor público deve contribuir para o bem-estar da população em geral, ofertando assim, melhor educação, saúde e infraestrutura à população local. A partir disso, será iniciada a análise de cada despesa da Prefeitura Municipal de Morro Grande, observando a aplicabilidade em melhorias na cidade.

Quando o município foi criado, em 1993, as secretarias foram divididas a partir da Lei nº 02/1993 da seguinte forma: Secretaria de Administração e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Secretaria da Saúde e Bem

Estar Social; Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Ou seja, possuía poucas secretarias, mas com diversidades de órgãos dentro delas. Em 2001, houve uma pequena reestruturação nelas com a Lei nº 377/2001, sendo elas: Secretaria da Saúde e Bem Estar Social passou a ser Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social; a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio passou a ser Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.

Em 2010, foi criada a Lei Complementar nº 6/2010, que redistribuiu as secretarias. Então, a partir de 31 de março de 2010, a estrutura organizacional passou a ser da seguinte forma: Secretaria de Administração e Planejamento; Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social; Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Esporte e Cultura; e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. Então, é possível notar que as secretarias tiveram uma nova divisão, sendo mais distribuídas até mesmo as despesas. E, por fim, a última alteração na estrutura organizacional da Prefeitura foi em 2014, com a Lei Complementar nº 21/2014. Nela foi dividida a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, sendo classificadas a partir da data em: Secretaria de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Sendo a Secretaria de Saúde responsável somente pelos assuntos sobre saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social fica restringida somente a área social.

No próximo item se destaca a despesa com pessoal, que tem grande impacto sobre as despesas do município. A sua elevação, acarreta a diminuição de investimentos em outros setores.

3.4.1.1 Despesa de Gastos Com Pessoal

Como supracitado, o gasto com pessoal não deve exceder 60% da receita corrente líquida, seguindo o Limite Legal previsto no Inciso I, II e III, Art. 20 da LRF. Esse tipo de gasto tem tendência de se elevar com os anos, pelo motivo de todo ano o funcionalismo ganhar atualização monetária em seus salários. A seguir, está a tabela com os valores gastos entre 2003 e 2015.

Tabela 10 - Gasto com Pessoal (2015=100)

Ano	Gasto Real (R\$)	Varição (a.a.)	RCL* (R\$)	Varição (a.a.)	% do Total da Despesa
2003	1.481.894,88	-	4.160.926,57	-	35,61
2004	2.066.129,91	39%	5.576.389,68	34%	37,05
2005	3.422.308,36	66%	8.871.381,54	59%	38,58
2006	6.309.824,28	84%	19.907.841,27	124%	31,70
2007	5.070.087,25	-20%	12.816.972,66	-36%	39,56
2008	4.533.871,57	-11%	11.468.201,36	-11%	39,53
2009	6.409.854,09	41%	16.431.995,40	43%	39,01
2010	5.530.518,90	-14%	13.769.909,17	-16%	40,16
2011	5.689.581,94	3%	15.070.762,38	9%	37,75
2012	8.156.666,76	43%	17.715.122,34	18%	46,04
2013	9.689.919,10	19%	20.272.972,14	14%	47,80
2014	10.001.721,79	3%	20.905.933,63	3%	47,84
2015	6.490.222,83	-35%	13.333.091,17	-36%	48,68

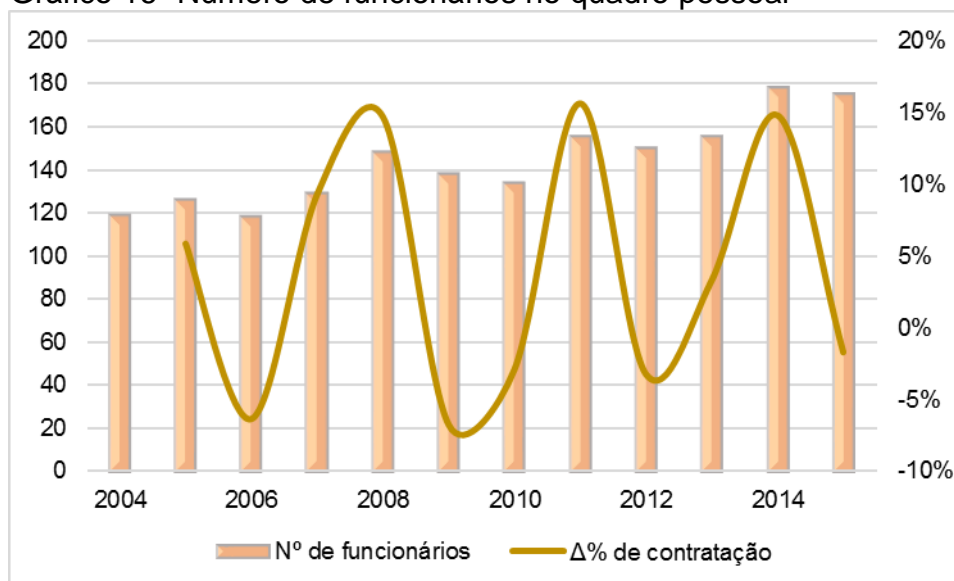
Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015). Elaboração própria.

*Receita Corrente Líquida (RCL)

Detalha-se com a tabela 09 que a Prefeitura respeita ao limite constitucional imposto em lei. Limitando-se sempre com uma margem de segurança para não atingir o limite de 60%. Nota-se também que, a variação entre o gasto real e a RCL são proporcionais. Pois, quando há redução na receita corrente líquida, há também redução no gasto real e assim o contrário também é verídico, quando aumenta a RCL, o gasto real com pessoal também aumentam. O número de funcionários do ano de 2004 até 2015 aumentou em torno de 47%. Porém houve anos que a quantia de funcionários até diminuiu, como está representado no gráfico 16. Quanto ao valor pago aos servidores públicos, tiveram aumentos reais no decorrer do período.

Em 2009, foi criada uma lei que institui o plano de cargos, carreiras e remuneração para o magistério. Isto influenciou no gasto com estes funcionários do magistério. Já em 2010, foi criada a Lei Complementar nº 6/2010, nela estava disposto sobre a estrutura e organização administrativa, instituindo uma nova tabela de vencimentos para os cargos comissionados. Ainda, em 2010, na Lei Complementar nº 7/2010, ficou instituído o plano de cargos, carreiras e remuneração dos funcionários públicos efetivos. Nesta lei está descrito os grupos funcionais básicos, médios e superiores, com sua devida carga horária estimada. Além de apresentar a tabela de progressão e enquadramento do pessoal efetivo. Esses eventos influenciam diretamente no gasto com o quadro pessoal.

Gráfico 16- Número de funcionários no quadro pessoal



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande. Elaboração própria.

Em 2012, como mostra na tabela 09, houve um salto no gasto com o quadro pessoal, mesmo tendo reduzido minimamente o número de funcionários, pois os funcionários não ganharam reposição salarial em alguns anos, consequentemente neste ano, foi criada a Lei nº 732/2012 que concedia o reajuste salarial ao funcionalismo público municipal. Esse reajuste impactou muito na folha de pagamento geral da prefeitura, pois foi concedido reajuste de 25% para os servidores públicos e 6,08% aos Secretários, Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito. Observa-se a partir do gráfico 16 que, em 2012 tinham 150 funcionários no quadro pessoal. Atualmente, 2015, o quadro pessoal possuía 175 funcionários, 47% a mais do que 2004. No decorrer dos anos, a variação percentual no quadro pessoal de um ano ao outro chegou a ser negativa, aproximadamente -6% e variação positiva em torno de 18%.

Outra despesa que possui destaque nas aplicações realizadas pelo município, é o investimento na educação que possui limite mínimo de aplicabilidade por Lei. No próximo item é detalhado todos os investimentos e despesas que este setor possui.

3.4.1.2 Despesas com a Educação

A educação é de grande importância para o desenvolvimento do país, isso é reconhecido pela legislação brasileira, inclusive consta da Constituição Federal e na

LRF a obrigatoriedade de aplicar 25% de sua receita de impostos. É incluído no cálculo da receita de impostos, os próprios impostos, o Fundo de Participação do Município (FPM), o Imposto Territorial Rural (ITR), o LC 87/96, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o IPVA, o IPI Exportação, a Dívida Ativa, e por fim, as Multas e juros de impostos.

Para efeito de cálculo, na tabela a seguir, não foi utilizado os dados sobre educação fornecidos diretamente pela Prefeitura, mas foi retirado os dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que são os dados enviados pelo município. Pois, para se chegar ao percentual a ser aplicado, é necessário um cálculo diretamente relacionado à área contábil. Sendo assim, optou-se por calcular somente a receita de impostos e, a partir dos dados sobre educação do Tribunal de Contas do Estado, foi possível obter se a Prefeitura Municipal de Morro Grande cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Tabela 11 - Despesa com Educação e seu percentual de aplicação (2015=100)

Ano	Despesa Real com Educação (R\$)	Receita de Impostos (R\$)	% da Receita de Impostos
2003	1.207.894,02	3.684.731,10	32,78%
2004	1.709.102,49	4.900.938,00	34,87%
2005	2.303.898,84	7.850.092,78	29,35%
2006	4.681.173,29	15.748.254,42	29,73%
2007	3.770.182,11	11.298.197,30	33,37%
2008	3.302.178,85	11.210.872,43	29,46%
2009	4.804.747,89	15.404.193,02	31,19%
2010	3.884.496,60	13.223.936,10	29,37%
2011	4.849.641,87	14.600.329,71	33,22%
2012	5.503.971,23	17.029.085,39	32,32%
2013	5.985.042,61	19.435.801,65	30,79%
2014	6.266.120,70	20.228.909,10	30,98%
2015	3.868.400,59	12.536.700,08	30,86%

Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande; Tribunal de Contas do Estado (Educação) (2003-2015).

É possível observar na tabela acima que, o município cumpriu os 25% exigidos em lei. Porém além dos 25%, o município mantém uma margem acima, tendo média aproximada de 31%. Mas, é necessário avaliar quais foram os investimentos realizados na educação, já que a maioria dos anos teve gasto crescente. E também, é necessário observar de que forma está sendo realizado o investimento.

A composição da despesa com educação, engloba desde professores, conserto de ônibus em geral, aquisição de materiais para manutenção das escolas, merenda escolar e todo suporte necessário para ofertar um bom ensino às crianças do município. O ano de 2006 teve gasto elevado perante aos outros, observando que 31% das despesas foram com vencimentos de funcionários, exceto as contratações por tempo determinado. Já com material de consumo, é gasto em torno de 12%, lembrando que, o gasto com combustível para transportes de alunos representa 44% do material de consumo.

Em comparação com todos os anos, outro ano que chamou atenção, foi o ano de 2009. Neste ano foi adquirido um automóvel para transportar alunos no valor real de R\$ 106.452,44. Além dos gastos com salários de funcionários efetivos envolvidos na educação, que representam 27% da despesa total e com contratação por tempo determinado, equivale a 10%. Então, com contratação de pessoal no total, representa 37% da despesa com educação. Vale ressaltar que, até 31 de março de 2010, a Secretaria de Educação englobava o Esporte, Turismo e a Cultura. Embora esses departamentos não possuíssem gastos elevados, como na Educação. Então, a partir desta data, o gasto passou a ser somente com o departamento da educação. Porém, o valor informado na tabela 10, foram aplicações diretamente na educação, pois os valores fornecidos foram individuais.

A partir de 2011 a despesa com educação manteve crescimento constante. Neste ano foi adquirido um ônibus para o transporte escolar no valor real de R\$ 201.909,23. Além do gasto com vencimentos efetivos e de caráter temporário, equivalente à R\$ 1.479.018,62, ou seja, 30% do total da despesa na educação nesse ano. Observa-se que, mesmo com redução no número de alunos no decorrer dos anos, os gastos se ampliam. Pode-se observar que a partir deste ano, foram realizadas melhorias na escola e nos centros infantis para confortar os alunos.

No ano de 2012, foi adquirido um terreno no valor real de R\$ 456.763,70 para a construção do colégio estadual, sendo realizada a doação ao Estado para tal construção. Neste ano também, foi realizada uma ampliação na escola que acomoda o ensino fundamental, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito Dário Crepaldi, no valor real de R\$ 121.636,65. Já com contratação de efetivos e de caráter temporário, tem-se o total aproximado de 38% da despesa com educação. Neste ano, foi realizado o gasto real de R\$ 865.304,42 com material de consumo para transportar as crianças, dar alimento à elas, entre outros.

O ano de 2014 foi marcado por aquisições de ônibus para educação. Foram adquiridos três ônibus novos, somando o valor real de R\$ 1.123.562,65. Outro investimento realizado para melhoria de infraestrutura no ano de 2014 foi a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito Dário Crepaldi, no valor real de R\$ 311.025,67. Estes dois investimentos representam 24% da aplicação dos recursos.

Já o ano de 2015, teve redução na receita, o que afetou o investimento na educação. Porém não foi deixado de executar o limite constitucional imposto pela legislação. Mas é possível reter a informação que foi continuada a construção da quadra poliesportiva iniciado no ano anterior, 2014, e neste ano foi aplicada na construção o total de R\$ 328.311,81. Neste ano também foi adquirido um automóvel para transportar alunos, principalmente com deficiência, no valor de R\$ 68.500,00. Foi instalado também nas salas de aula, ar condicionado, efetuando a compra no valor de R\$ 34.515,00. Em valores reais este foi o ano que menos foi gasto com vencimentos e contratação por tempo determinado, equivalendo à R\$ 1.405.810,22. Porém, teve-se a preocupação pela diminuição da receita.

Pode-se fazer uma breve comparação sobre o investimento na educação com algumas cidades da mesma microrregião que Morro Grande pertence. Tomamos como exemplo primeiramente Araranguá, possuindo o maior número de habitantes da região da AMESC. Esta cidade possui média de aplicabilidade em torno de 27%. Já no caso do município em estudo, esta aplicação de recursos públicos na educação é acima de 31%. Mas é evidente a diferença no número de habitantes entre uma cidade e outra, e ainda do próprio valor de recurso arrecadado ser maior entre elas. Pode-se também realizar uma breve comparação com o município de Ermo, que contém menor população que Morro Grande. Aproximadamente 29% da receita corrente líquida de Ermo, é aplicado na área da educação. Isso significa que, os municípios de porte menor, em relação a quantia de habitantes, a tendência é investir valor médio maior.

Observou-se com esta análise que, a Prefeitura está dando o suporte necessário à educação, com constantes melhorias, tanto em meios de transportes, como também em conforto dentro das salas de aula com o melhoramento em infraestrutura. Porém, teve anos que não foi realizado grande investimentos em infraestrutura e lazer aos alunos. E mesmo com a queda no número de matrículas, em comparação com os demais anos, a despesa muitas vezes se mantem

constante. Até porque, para se aplicar os 25%, é necessário fazer investimentos em infraestrutura, entre outros para atingir e ultrapassar esta meta imposta pela legislação.

Assim como a educação, a área da saúde também exige aplicabilidade mínima. Por este fato, que possui suma importância de cumprimento, no item seguinte, é abordado sobre as despesas do setor, além de explicar de quais maneiras foram atingidos os 15% exigidos pela LRF.

3.4.1.3 Despesas com a Saúde

Da mesma forma que a Educação, com a Saúde também tem seu mínimo a ser empenhado. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) deve ser aplicado na saúde 15% da receita de impostos. Assim como para o gasto com educação apresentado no tópico anterior, foi elaborada uma tabela na mesma forma. Os dados sobre a despesa com saúde foram retirados do Tribunal de Contas do Estado e a receita de impostos foi calculada a partir dos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Morro Grande.

Tabela 12 - Despesa com Saúde e seu percentual de aplicação (2015=100)

Ano	Despesa Real com Saúde (R\$)	Receita de Impostos (R\$)	% da Receita de Impostos
2003	571.923,73	3.684.731,10	15,52%
2004	805.527,49	4.900.938,00	16,44%
2005	1.380.579,99	7.850.092,78	17,59%
2006	2.715.423,22	15.748.254,42	17,24%
2007	2.141.639,77	11.298.197,30	18,96%
2008	2.036.071,95	11.210.872,43	18,16%
2009	2.854.154,15	15.404.193,02	18,53%
2010	2.330.183,28	13.223.936,10	17,62%
2011	2.663.478,74	14.600.329,71	18,24%
2012	3.288.714,80	17.029.085,39	19,31%
2013	3.659.517,11	19.435.801,65	18,83%
2014	3.847.697,00	20.228.909,10	19,02%
2015	2.290.567,49	12.536.700,08	18,27%

Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande; Tribunal de Contas do Estado (Saúde) (2003-2015).

Na tabela 11, apresentada acima, observa-se na terceira coluna de dados que o município desde 2003 cumpre os 15% mínimos a serem aplicados nesta área. Se for observar anualmente de que forma as despesas foram realizadas, é possível notar que há um valor elevado pago ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da

AMESC (CIS-AMESC). Para entender melhor este consórcio, é uma associação de 15 municípios que visam a evitar desperdícios, assegurando serviços e ações à população dos municípios, com eficiência e qualidade (CIS-AMESC, 2016).

No ano de 2003, na tabela apresentada acima, é observável que é o menor valor gasto na saúde. Porém, se for analisar cada gasto, é possível identificar que o gasto com contratação de pessoal é de 34%, equivalendo à R\$ 197.162,70. Lembrando que, neste ano a área de desenvolvimento social estava integrada à secretaria de saúde, porém não está nos valores colocados na tabela. Na despesa com a área social neste mesmo ano foi de R\$ 181.985,94, sendo um pouco mais de 30% da despesa total. No ano de 2006, teve a construção de uma unidade de saúde em uma comunidade do município de Morro Grande, custando o valor real de R\$ 486.946,18.

Já no ano de 2009 foram adquiridas uma ambulância nova no valor de R\$ 217.856,15 e um automóvel para transportar os pacientes no valor de R\$ 110.661,02. Somente com estes dois investimentos em transporte, foi atingido 12% da despesa total do ano de 2009. Porém, 37% desta despesa foi originária de contratação de pessoal ao atendimento dos pacientes. Mas na área da saúde, os vencimentos, principalmente dos médicos, são elevados. E como citado anteriormente, a CIS-AMESC recebeu da Prefeitura o valor de R\$ 636.151,09, representando 22% da despesa.

Já em 2010, o valor pago para a CIS-AMESC foi de R\$ 257.859,22, ou seja, foi reduzido pela metade praticamente. Assim como o valor da CIS-AMESC, a quantia gasta com contratação também foi reduzida, sendo em torno de R\$ 880.000,00. Mas esta redução, em comparação com o ano anterior, se dá pelo fato de ter reduzido em torno de R\$ 2.000.000,00 a arrecadação da receita de impostos.

Vale ressaltar que, nas despesas na área da saúde estão inclusos distribuição de remédios à população, materiais médico-hospitalares para uso diário, e também a locomoção que a secretaria oferece para doentes que necessitam ir até outras cidades ou até mesmo em casos mais graves, para outros Estados. E isto parece não ter valor elevado, mas há um grande peso na despesa total, pelo consumo de gasolina para estes deslocamentos. Por exemplo, no ano de 2012, foi gasto com gasolina o valor de R\$ 151.036,88, ou seja, foi gasto em torno de R\$ 12.500,00 por mês. Ainda no mesmo ano, foi contratado um médico para atender a necessidade da população no valor de R\$ 225.639,44, equivalendo a 7% do total

gasto neste mesmo ano. Já o gasto com pessoal foi equivalente a 45% do total da despesa com a área da saúde. Até aqui, pode-se observar que com o aumento da receita de imposto, forçou o município a investir de diferentes formas para atingir o percentual exigido em lei. Assim, ampliando o fornecimento de serviços para a população que necessita.

Observa-se que o ano de 2014 foi o topo de despesa com a área da saúde, chegando à R\$ 3.847.697,00. Este fato se deu pela alta arrecadação que teve de impostos, já que deve ser aplicado 15%. Observou-se nos gastos realizados que, foi atingido em torno de R\$ 2.000.000,00 com o funcionalismo somente nesta área. Já a quantia paga para a CIS-AMESC foi de quase R\$ 1.000.000,00. Pois se observar o contrato realizado com a entidade, estão incluídas mais opções de medicamentos para distribuições à população em geral, além de serviços de atendimento médico especializado e exames para atender as necessidades de pacientes. Estes dois itens citados já representam quase 80% da despesa do ano de 2014.

No último ano analisado, 2015, com a queda na receita de imposto, houve também redução na despesa, assim em comparação com o ano anterior reduziu em torno de 40% o gasto. Este ano, mesmo assim, foi marcado pela ampliação de uma das Unidades Mista de Saúde do município. Esta ampliação custou para o cofre público o valor de R\$ 204.279,50. Porém, passou a oferecer aos habitantes maior comodidade quando necessitar de amparo para consultas e tratamentos. Outro investimento realizado para área da saúde, foi a aquisição de dois veículos automotores para a locomoção de pacientes. Esta aquisição foi no valor de R\$ 118.300,00.

Como no caso da educação, também é possível fazer uma breve comparação da aplicação dos recursos públicos na área da saúde. Destaca-se que Araranguá, com mais de 60.000 habitantes aplicou em média entre os anos de 2003 e 2015, 17% de sua receita líquida corrente. Observa-se que no ano de 2015 no mesmo município foram aplicados mais de 20%. Já no município de Ermo que possui o menor número de munícipes da microrregião, aplicam mais de 20% da sua RCL em média no decorrer dos 13 anos analisados. Superando a aplicabilidade do município de Morro Grande, que aplicou em torno de 18% em média nos anos aqui explicitados.

Nota-se que o município procura investir para atender as demandas da população. Seja na forma de auxílio para locomoção, tanto para conforto na unidade

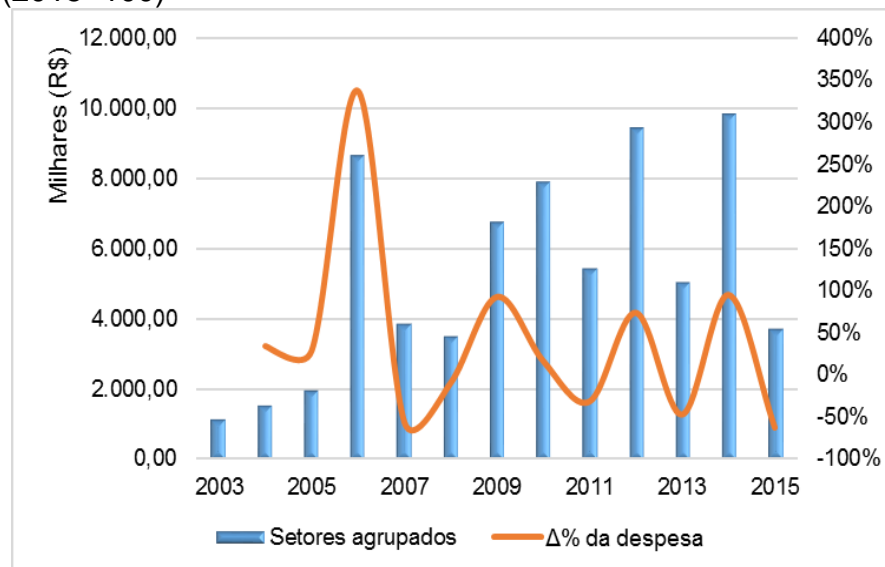
de saúde para atendimento médico. Outro fato citado, é que com o pequeno número de habitantes no município, a secretaria de saúde transporta diversos pacientes seja para fazer consultas e exames em outros municípios. Como já apresentado, o município possui grande quantidade de pessoas com idade acima dos 50 anos. Assim influenciando nos investimentos na área. Pois é esta faixa etária que precisa de mais atenção.

Como objetivo do presente trabalho era a análise dos gastos nos setores, a seguir, é apresentado sobre os setores da agricultura, meio ambiente, indústria, urbanismo, transporte, comércio e serviços. Pois estes setores se interligam, e quando executada a despesa não é possível analisar individualmente, na referida forma de análise aqui adotada.

3.4.1.4 Setores de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Urbanismo, Transporte, Comércio e Serviços

Diferentemente dos gastos com a educação e a saúde, os setores que envolvem a agricultura, transporte, indústria, urbanismo, meio ambiente, comércio e serviços não é exigido na legislação um gasto mínimo. Até porque, a despesa nessas funções é muito variável. No gráfico 17, que segue abaixo, pode ser melhor visualizada a variação desses gastos. Observando que até 2010, todos estes setores faziam parte da mesma secretaria, o que seria difícil analisar individualmente. Então, foram unificados os setores em um só cálculo demonstrado pelo gráfico que segue.

Gráfico 17- Despesa real com a Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Urbanismo, Transporte, Comércio e Serviços de Morro Grande (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015).

Observa-se no gráfico 17 que o ano de 2006 obteve uma alavancagem de grande expressão. Este fato se dá pela construção da unidade industrial para abate de aves no valor real de R\$ 1.494.705,08. Porém, para executar esta obra, foi necessário também a compra do terreno. Esta compra custou para o cofre público o valor real de R\$ 824.036,62. Então, dos R\$ 8.681.863,49 que obteve de despesa no ano de 2006, 27% dela foi ocasionada por causa da construção da unidade industrial para incentivar a instalação de uma empresa de abate de aves. Neste mesmo ano, foi pavimentado com lajotas 8.777 m² de ruas, equivalendo o valor real de R\$ 995.960,16. Este valor representa 11% do total gasto.

Outro valor que se destaca no ano de 2006, são os vencimentos e contratações por tempo determinado, representa 9% da despesa, sendo equivalente ao valor real de R\$ 785.866,53. Assim completando 47% das despesas. O restante, 53%, são os demais gastos que possui os departamentos, como combustível, material de consumo, serviços de mecânica, e despesas afins.

Já no ano de 2010, em comparação com o ano de 2006, reduziu um pouco sua despesa, sendo o valor real de R\$ 7.911.138,78. Então, no ano de 2010 foi realizada a pavimentação asfáltica em 4,6Km, que custou R\$ 3.651.942,24, representando 46% da despesa total. Além da aquisição de 2 caminhões no valor real de R\$ 483.851,10. E também, foram construídas 3 pontes de concretos em algumas localidades de Morro Grande. Estas construções representam 6% da

despesa total. Já os vencimentos e contratações neste ano equivaleram a mais de R\$ 800.000,00. Sendo assim, esses gastos citados, representam 69% da despesa total.

Em 2012, continuou-se o projeto de melhoria em estradas, pavimentando mais ruas do centro da cidade e vias que ligam outras comunidades do município. Essa obra de pavimentação teve custo real de R\$ 3.729.813,17, representando 39% da despesa total. Foi também pavimentada com lajotas outras ruas do município no valor de R\$ 266.958,89. Porém, os vencimentos e contratações por tempo determinado, representam 16% da despesa total. Além da aquisição de base de seixo peneirado para melhorias nas estradas vicinais do interior do município. Da despesa total, equivale à 5%, sendo semelhante à R\$ 456.580,99. Então, estes principais fatos citados, representam 63% da despesa. Os demais 37%, equivalem à despesa em geral, por exemplo, material de consumo, entre outros.

Outro ano que teve gastos representativos, foi 2013. Neste ano, adquiriu-se um caminhão basculante novo no valor real de R\$ 454.513,11 para uso na agricultura e meio ambiente. Já em 2014 foi adquirido dois caminhões novos no valor real de R\$ 781.523,40 com utilidade na agricultura e meio ambiente. Além de adquirir uma retroescavadeira e uma pá carregadeira no valor de R\$ 882.230,89 para também auxiliar no uso para este mesmo setor. Além da pavimentação asfáltica no valor real de R\$ 2.499.648,00, equivalente à 25% da despesa total. Outra obra de infraestrutura realizada, foi a pavimentação com lajotas em diversas ruas do centro do município no valor real de R\$ 318.016,45. Neste mesmo ano foi idealizado o contorno viário, que irá dar mais tranquilidade à população, pois irá desviar todo o tráfego de veículos automotores de grande porte do centro da cidade. Porém este projeto custou ao município o valor de R\$ 216.396,26. Além da aquisição de seixo peneirado para manutenção das estradas vicinais no valor de R\$ 494.731,78. Por fim, os vencimentos e contratações nestes setores, equivalem à 17% da despesa anual. Sendo o total real de R\$ 1.631.714,01.

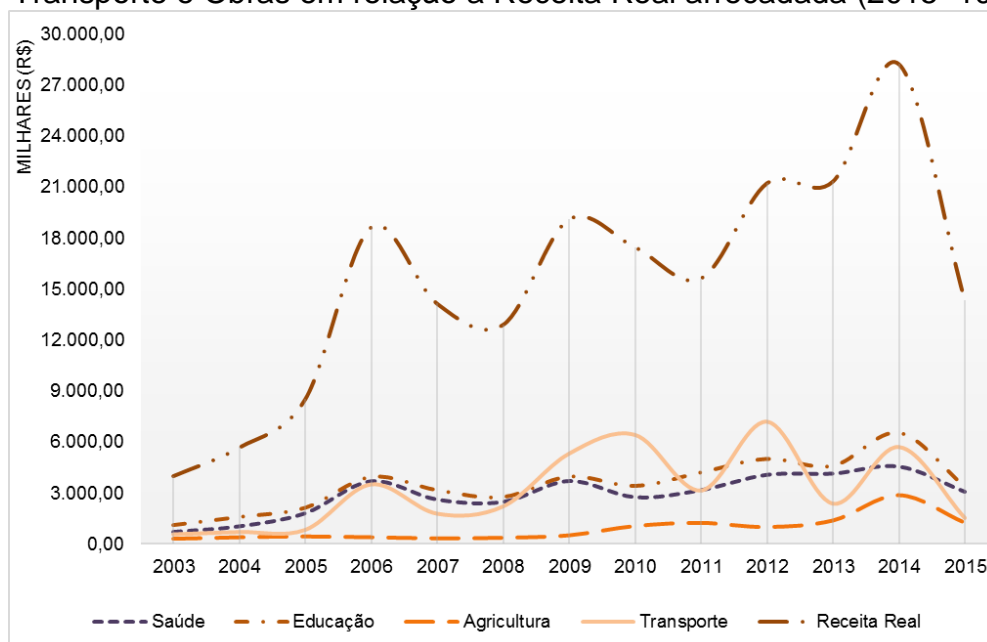
Então, o ano de 2006 se destinou à construção e infraestrutura, já entre o ano de 2013 e 2014 foi renovada a frota para melhor atender as necessidades dos agricultores. Vale ressaltar que o setor de meio ambiente tem um custo baixo, sendo assim não tem grande representação na despesa total da secretaria. Feita a análise dos anos apresentados no gráfico, os investimentos supracitados, foram os que tiveram maior relevância nas despesas.

Com base nas despesas realizadas nos setores é possível verificar a diferença de gestão, visto que de 2005 a 2012 foi uma administração focada, principalmente, em melhorias nas estradas do município. Já a administração atual, é mais focada em infraestrutura e maquinários para suprir as necessidades dos agricultores. No tópico seguinte, une-se todos os setores supracitados no decorrer deste trabalho, para avaliar a representatividade de cada um deles.

3.4.1.5 Despesas por funções

Analisando individualmente os setores, não nos representará o quanto são participativos diretamente nas despesas públicas, ou seja, não é possível visualizar a parcela da receita utilizada por cada um deles. Para exemplificar melhor este fato, foi agrupada as principais despesas já apresentadas individualmente em um único gráfico. Segue abaixo o gráfico que mostra a representatividade de cada setor.

Gráfico 18- Comparação entre os setores da Educação, Saúde, Agricultura e Transporte e Obras em relação a Receita Real arrecadada (2015=100)



Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Grande (2003-2015).

Nota-se no gráfico 18, que dos quatro setores apresentados, o que menos recebeu investimento foi a agricultura. Porém, há diversos outros setores que não estão postos no gráfico. No caso, que seus gastos são menores que o gasto com agricultura. Este setor está englobado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Esta secretaria é responsável pelo desenvolvimento e aprimoramento da agricultura e pecuária, em pequenas e médias propriedades rurais, assistência técnica rural,

promoção de medidas que visem a proteger a boa qualidade de vida e do meio ambiente, a construção e conservação das vias de acesso às propriedades e empreendimentos rurais, a execução de programas de extensão rural, em integração com outros órgãos municipais pertinentes e as atividades públicas ou privadas que atuam no setor agrícola, e o desempenho de outras atividades afins. (Morro Grande, Lei Complementar nº 6/2010).

O setor que contém maior oscilação em sua despesa é o setor de transporte e obras. Observa-se em 2010, o gasto nesse setor passou de 6 milhões. O setor de transporte e obras está incluso na Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo. Esta secretaria é responsável pelo planejamento e regulamentação do sistema viário sob a jurisdição do município, implantar e manter a sinalização viária Municipal, o controle e análise da política tarifária referente a esse órgão, manter a fiscalização sobre os serviços de transporte no Município, promover a elaboração de projetos e obras públicas, construção, pavimentação e conservação de estradas vicinais e urbanas, os serviços de limpeza das vias e logradouros urbanos, os serviços de manutenção das vias urbanas, os serviços de iluminação pública, e o desempenho de outras atividades afins. (Morro Grande, Lei Complementar nº 6/2010).

Pode-se notar que nos anos eleitorais a despesa com transporte e obras tem seu pico maior. Ou seja, nos anos eleitorais há mais investimentos em estradas e infraestrutura, assim como a receita também aumenta na maioria dos anos eleitorais até então. Sendo indiferente se for eleição estadual ou municipal. O gasto com transporte é perceptível nos anos de 2006, 2012 e 2014 que acompanha o aumento da receita. Porém em 2010, a receita obteve queda e a despesa com transporte e obras aumentou. Este fato pode ser respondido, pela existência de eleição no ano de 2010.

Como já citado várias vezes, pelo fato de ser exigido em lei o limite mínimo a ser gasto com a educação e a saúde, estes dois setores têm suas despesas variáveis conforme a receita de impostos arrecadada. Ao contrário do gasto com transporte, os gastos com educação e saúde possuem elevação constante, e quando há queda na receita de impostos, essa despesa também reduz. É notável que o maior gasto é na área de educação e saúde, porém em três anos o gasto com transporte superou estes setores. Isto se deu, como já citado, por algumas obras de valores altos realizados no município e pelo fato de ser ano eleitoral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, o Estado ocupa o papel de regulador e tomador de decisões em termos sociais e econômicos. Da mesma forma acontece no município, onde são tomadas as decisões sobre o planejamento de arrecadações e gastos. Então, o planejamento, principalmente na gestão pública, é essencial para que ocorram obras e melhorias ao município. Na execução do orçamento, é definido o que será realizado, como, as obras públicas, aquisição de equipamentos, melhorias das escolas e da saúde, entre outros.

Entretanto, as fontes de recursos para realizar os gastos públicos em educação, saúde e outras áreas que necessitam de atenção, como agricultura, transporte, obras e a própria administração, exigem investimentos constantes para melhorias. No entanto, a situação atual de grande parte dos municípios brasileiros, é o endividamento, que não é o caso do município de Morro Grande. Por isso, pouco resolve ter um planejamento elaborado se os recursos disponíveis são insuficientes para realizar os investimentos necessários.

Como foi visto no decorrer do trabalho, o município de Morro Grande, antes da instalação de uma agroindústria, o setor que prevalecia era o da produção primária, principalmente, arroz e fumo. Com a chegada da empresa de grande porte, o município ganhou importância econômica, em termos de receita pública, saltou do 13º lugar para 4º posição na Região da AMESC, que é composta por 15 municípios. Embora a instalação da agroindústria no município tenha proporcionado aumento na arrecadação de receita ao município, o efeito multiplicador na economia de Morro Grande aparentemente não foi na mesma proporção, isso merecia um estudo específico para detectar as externalidades, o que não foi objeto deste estudo.

Em termos de geração de emprego, a empresa contrata a maioria de seus empregados de outras cidades da região da AMESC e AMREC. Desta maneira, pode-se deduzir que as pessoas não gastam a sua renda em Morro Grande, mas em suas cidades de origem. Até mesmo a população beneficiada, direta ou indiretamente com a empresa gasta sua renda em outros municípios da região. Isso ocorre, também, com a maioria das compras municipais, isso por que o comércio do município não consegue atender a demanda. Além das compras do município que são realizadas em outras cidades, há também o caso da indústria, que busca em outros municípios a maioria dos insumos necessários para a produção.

Cabe ressaltar que, a instalação da empresa em termo de aumento na receita pública do município teve grande incremento, porém os ganhos econômicos aos munícipes não foi tão impactante, embora se ressalte que a população tenha se beneficiado com a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos. No entanto, no caso do município de Morro Grande, ainda, se constata a saída de pessoas migrando para outros municípios em busca de melhores empregos e a chegada de pessoas de outras regiões, em busca de trabalho na empresa.

Como o objetivo deste trabalho foi analisar a aplicação dos recursos públicos, foram primeiramente observadas as receitas arrecadadas. Dela, foi possível chegar à conclusão que o FPM é a principal receita do município, em seguida o ICMS, que é o retorno sobre a produção e os serviços. O ICMS incide sobre as mercadorias aos consumidores. Então esta é a principal fonte que a agroindústria pode fornecer ao município. Pois toda a produção retorna em forma de imposto ao município de Morro Grande. Além destas duas modalidades, têm-se os convênios, cuja arrecadação faz parte da receita de capital e influência nas elevações em alguns anos, o que acaba enviesando a análise. Por isso, foi avaliada a arrecadação individualmente, entre receita de capital e a receita corrente.

Quanto à despesa com educação, é importante destacar que ela é variável, assim como a receita de impostos, já que é exigida uma percentagem mínima a ser aplicada. Os 25% exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) foram cumpridos em todos os anos analisados, entre 2003 e 2015. O número de alunos na rede pública municipal de ensino reduziu, porém foram realizados investimentos em melhorias nas escolas e nos centros de educação infantis, além da aquisição de novos ônibus escolares para transportar os alunos com mais segurança. Assim também foi na área da saúde, em que foi cumprido os 15% exigidos a partir da receita de impostos a serem aplicados neste setor. Como a receita de impostos aumentou com o passar dos anos, a tendência da despesa nessas áreas aumentou também. Vale ressaltar que a população que residia no município, no ano 2000, era maior que a população residente em 2010, segundo os Censos de 2000 e 2010.

O aumento da receita pública no decorrer dos anos contribuiu para a qualidade dos serviços fornecidos. O Fundo Municipal de Saúde do município proporciona aos pacientes acessibilidade à consultas e exames com mais facilidade.

Pois a elevação da receita proporcionou ao município maior disponibilidade de recursos para aplicar nas áreas que mais exigem modernização.

Conclui-se, então, com este trabalho que, no que se refere aos gastos com educação e saúde, são efetuadas aplicações conforme exigência da Lei Complementar nº 101/2000. Já as aplicações em agricultura e os demais setores, como não possuem obrigatoriedade de investimento, são realizadas conforme os gestores de seus órgãos sentem a necessidade por tais melhorias. Por fim, é notável a discrepância das despesas com obras entre anos eleitorais e os demais anos. Então, Morro Grande está cumprindo com o seu dever de gestor, que pode ser observado pela realização de obras de melhorias, desde postos de saúde, escolas, estradas municipais, até maquinários e veículos para transportes escolares.

Como determinado inicialmente neste trabalho, o objetivo geral seria analisar a aplicação dos recursos públicos entre os anos de 2003-2015 no município de Morro Grande. A princípio, este objetivo foi atingido, pois foi analisado de qual forma e quais os setores foram mais beneficiados. Mas para isso, foram estipuladas três etapas. Na primeira etapa, foi elaborada uma contextualização social e econômica do município, que possibilitou o entendimento de como o Morro Grande é estruturado e quais as suas determinantes. Na segunda etapa, foi analisada a arrecadação do município, sendo divididas todas as receitas relevantes à administração pública. Neste subcapítulo, foi identificada a importância da elevação do ICMS, o quando influenciou no aumento das transferências correntes. E, por fim, foi analisada a aplicação desses recursos arrecadados. Foi determinado que os setores seriam analisados individualmente. Porém, optou-se por destacar os setores com valor mais relevante em comparação aos demais.

Como os dados obtidos para análise não obtinham a ideal individualização para fazer a análise para cada setor, sugere-se a realização de trabalhos que analisem a divisão dos setores, para então fazer a devida análise para cada setor. Pois foi buscado avaliar os investimentos, com base nas secretarias que formam a administração pública. Então, fica como sugestão, uma abordagem que desintegre e possa analisar individualmente cada setor.

Outro fator deste trabalho que fica como sugestão à novos trabalhos, é a oferta de empregos de empresas instaladas no município. Já que possui uma única empresa de grande porte e as demais empresas são madeireiras, comércios e fábrica de móveis planejados, que abrigam número menor de funcionários.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 3.ed. Brasília, DF: Gestão Pública Editora e Treinamentos Sociedade Ltda, 2013. 648 p.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2005. 300p.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE (AMESC). **Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC**. Disponível em:<<http://www.cisamesc.com.br/#>>. Acesso em: 16 Mar. 2016.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar. Ano de 2012. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421125&idtema=117&search=santa-catarina|morro-grande|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar. Ano de 2009. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421125&idtema=2&search=santa-catarina|morro-grande|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2009>>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar. Ano de 2005. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421125&idtema=21&search=santa-catarina|morro-grande|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2005>>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. População Rural e Urbana. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421125&idtema=67&search=santa-catarina|morro-grande|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->>>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4211256>>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. Revisão do projeto de pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

BRASIL. Informações Brasileiras em Geografia e Estatística. População Residente. Censo Demográfico de 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=42&letra=A>. Acesso em: 07 Jun. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101/00.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 21 Mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.320/64.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 16 Mar 2016.

BRASIL. **Ministério da Fazenda.** Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ReceitaInternet2005.pdf>>. Acesso em 25 Mar. 2016.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União.** Convênios e outros repasses. 5ª.ed. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo, 2014. 80 p. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/public/0008/4231/Convenios_TCU_5edicao.PDF>. Acesso em: 21 Abr. 2016

CORREIO, Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt; CORREIO, Fabiano Abranches Silva Dalto. A contribuição da previdência social rural para a redução da desigualdade de renda. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XVII, Salvador, BA, 2015. p. 892 – 914. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4080/2863>>. Acesso em 08 Jul. 2016

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem Matemática para Psicologia.** 5. ed., Porto Alegre: Penso, 2013. 601 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Ubo3AgAAQBAJ&pg=PA600&lpg=PA600&dq=teste+t+blanchard&source=bl&ots=w76RH2UpjV&sig=yE3aH4MA1-9A5U3RJ1dIFef5VV4&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi8j9T09aXNAhUHK5AKHXzbBtkQ6AEIPTAF#v=snippet&q=compara%C3%A7%C3%A3o%20&f=false>>. Acesso em 13 Jun. 2016

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 11.ed São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 314 p.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas: teoria e**

prática no Brasil. 2. ed. rev., atual Rio de Janeiro: Campus, 2000. 475 p.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982. 328 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos A. G. B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000. 413p.

MELLO, Diogo L. de. Descentralização: papel dos governos locais no processo de desenvolvimento nacional e recursos financeiros necessários para que os governos locais possam cumprir seu papel. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 25, 1991, p. 197-217. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8902/7790>>. Acesso em: 02 out. 2015.

NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 79 p. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad012.pdf>>. Acesso em: 09 Mar. 2016.

OLIVEIRA, Júlio Cesar. **Os reflexos na economia de morro grande/sc a partir da instalação da tramonto agroindustrial s.a**. 2010. 52 p. Bacharelado no Curso de Economia – UNESC, Criciúma.

OLIVO, Edinéia Martins; DE LUCCA, Maria Lucia. **Morro Grande conta: a gente inventa mas não aumenta**. Morro Grande: Editora do Autor, 2002. 187 p.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 2.ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2003. 254 p.

PETERNELLI, Luiz A. Teste de Significância. 2004. 77-88 p. Disponível em:<<http://www.dpi.ufv.br/~peterneli/inf162.www.16032004/materiais/CAPITULO6.pdf>>. Acesso em 08 Jul. 2016

PINHEIRO, José Maurício. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. xv, 161 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE. Departamento de Contabilidade. **Demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades**. PMMG, 2015.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. 234 p. Disponível em:<<http://static.scielo.org/scielobooks/k4vrh/pdf/priori-9788576285878.pdf>>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/morro-grande_sc>. Acesso em: 28 Fev. 2016.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. 4.ed São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 298 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. . **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SANTA CATARINA. Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense. Disponível em:<<http://www.amesc.com.br/municipios/index.php?show=detalhes&municipio=119>>. Acesso em: 29 Fev. 2016.

SANTA CATARINA. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina. Mapa de localização. Disponível em:<<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml#>>. Acesso em: 04 Mar. 2016.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. Dados Valor Adicionado (Downloads). Disponível em:<<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/diat/valor-adicionado-por-munic%C3%ADpio-e-atividade>>. Acesso em: 02 Mar. 2016.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. Morro Grande. Gastos com Educação. Disponível em:<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-educacao&nu_ano=2014SFI&id=421125&id_modalidade=0>. Acesso em: 14 Mar. 2016.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. Morro Grande. Gastos com Saúde. Disponível em:<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php?idmenu=municipio&menu=limite-constitucional-saude&nu_ano=2014SFI&id=421125&id_modalidade=0>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003. 266 p.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006. 156p.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Finanças públicas**. 2.ed São Paulo: Atlas, 2001. 382 p.

VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. **Estratégias de**

Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. Piracicaba: RESR, Vol. 50, nº 1, 2012. p. 175-192. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a10v50n1.pdf>>. Acesso em: 23 Mar. 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Territorial Do Brasil:** do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. Disponível em:<<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>>. Acesso em: 18 Mar. 2016